Identificação

Área de Avaliação: CIÊNCIAS AMBIENTAIS - CACiAmb

Coordenador de Área: ARLINDO PHILIPPI JUNIOR

Coordenador-Adjunto de Área: MARIA DO CARMO SOBRAL

Modalidade: Acadêmica e Profissional

Atualizado: 10/Agosto/2012

I. Considerações gerais da Área

Este documento de área tem por objetivos centrais apresentar conceitos, critérios e diretrizes norteadores do processo de avaliação adotado pela Coordenação de Área de Ciências Ambientais da CAPES – CACiAmb.

I.1 CRIAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE ÁREA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

A Coordenação de Área em Ciências Ambientais (CACiAmb) tem como data simbólica de criação o dia do meio ambiente, 5 de junho, em 2011, a partir de proposta discutida e formulada por grupo de trabalho, constituído por membros e consultores da Coordenação de Área Interdisciplinar (CAInter), sobretudo da Câmara I – Meio Ambiente e Agrárias e, especialmente criado para esta missão.

A partir da experiência de Programas de Pós-Graduação e da Área Interdisciplinar - CAInter da CAPES, esforços têm sido dedicados à discussão sobre a caracterização de propostas multi e interdisciplinares e o estabelecimento de referenciais e indicadores, tanto qualitativos quanto quantitativos, a serem adotados nos processos de avaliação de programas de pós graduação.

Com a recente criação da CACiAmb, possibilita-se um olhar mais focado em temas que podem ser compreendidos na chamada Área de Ciências Ambientais, aproveitando a experiência em avaliação de programas multi e interdisciplinares, e assim, contribuindo para aperfeiçoamento do sistema de avaliação de programas de pós graduação.

I.2 CIÊNCIAS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DA CAPES

Novas formas de produção de conhecimento enriquecem e ampliam o campo da ciência moderna, pela exigência da incorporação de racionalidades, que extrapolam o pensamento estritamente disciplinar e sua metodologia de compartimentalização e redução de objetos como estratégia para a geração de conhecimentos. Se o pensamento disciplinar, por um lado, confere avanços às ciências e tecnologias, por outro, os desdobramentos oriundos dos diversos campos do conhecimento são geradores de diferentes níveis de complexidade e requerem diálogos mais amplos, entre e além das disciplinas.

Nesta direção, a importância da introdução de uma Área de Ciências Ambientais em 2011, no contexto da pós-graduação da Capes, decorre da necessidade de se dar conta da complexidade dos problemas ambientais, face à indissociabilidade entre sistemas antrópicos e naturais que emergem no mundo contemporâneo, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, baseados em uma construção do saber notadamente disciplinar.

A natureza complexa da problemática ambiental pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de ciências diferentes, bem como com outras formas de saberes, oriundos de culturas heterogêneas. Daí a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção de conhecimento. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para as ciências ambientais.

A Área de Ciências Ambientais, portanto, não é o somatório ou a combinação entre ciências – como as humanas com as da terra ou com as biológicas ou, ainda, com outras formas de saberes –, ou seja, é intrínseca à ela, à sua origem, à abordagem interdisciplinar, isto é, trata-se mais de um método de construção de conhecimento partindo de uma problemática/complexidade ambiental que se deseja compreender e, e preferencialmente, resolver. Assim, os programas do CACiAmb quando tratam das questões ambientais tanto nas áreas de concentração como nas linhas de pesquisa trazem implícita a diversidade desta área, além do diálogo e interface com as outras disciplinas.

As palavras-chave meio ambiente, desenvolvimento, recursos naturais, ecologia, políticas públicas, planejamento, gestão, tecnologias e educação, bem como outras tão difundidas nas mais variadas disciplinas fazem sentido nas ciências ambientais quando estas relevam a crise da relação sociedade e natureza, sobretudo a partir de modos de vida centrados na ideia de progresso e colonização, na ocasião que estes não reconhecem a unidade e a coevolução entre os sistemas sociais e naturais (KOTHARI, 1990).

I.3 A INTERDISCIPLINARIDADE NA ÁREA DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

As demandas socioambientais e a perspectiva do desenvolvimento sustentável são elementos inerentes às ciências ambientais. As ciências ambientais compete abordar processos sociais e naturais, desenvolver novas tecnologias, estabelecer processos de gestão socioambientais, considerando maior inclusão social, formular e analisar políticas públicas voltadas à gestão ambiental em sentido amplo. Dentre os grandes desafios das ciências ambientais, estão a conservação e gestão dos recursos naturais, essenciais a qualidade de vida, contribuir para resolução de macroproblemas, como mobilidade urbana, saneamento básico, favelização e pobreza, violência, desastres naturais entre outros.

Os problemas de pesquisa nas ciências ambientais são intrínsecos as atividades sociais, econômicas, tecnológicas, emergem das atividades sociais no meio ambiente. São problemas que não respeitam competências acadêmicas especificas. Não respeita grupos. Não respeitam geografia política, espacial ou econômica. O conhecimento pode ser especifico, mas generalizável, de base universal, que resulte não só em publicações, mas também produtos técnicos como metodologias e patentes, inserção social, como formulação e avaliação de políticas públicas.

O objeto das ciências ambientais é, assim, naturalmente multidisciplinar e requer a convergência de conhecimentos distintos possibilitando a reflexão vista por diferentes ângulos. Nesse processo, tão importante quanto a objetividade da engenharia, deve ser a reflexão das ciências sociais. É da riqueza desta interação que emerge o conhecimento interdisciplinar, como uma forma de inovação que surge quando diferentes perspectivas se somam e revelam muito mais nuances do fenômeno estudado do que a simples soma de perspectivas. E neste sentido, nas ciências ambientais, a interdisciplinaridade emerge naturalmente e passa a ser identificada como atitude e como método na

produção de conhecimento.

Portanto, é clara a pertinência da perspectiva interdisciplinar no trato dos desafios rumo à sustentabilidade, no contexto da Área de Ciências Ambientais. Este desafio exige induzir grupos e programas de pós-graduação ao estabelecimento de redes de pesquisas temáticas intra e interinstitucionalmente para transpor os muros disciplinares e departamentais e amplificar os esforços, eliminando sobreposições e estabelecendo a complementaridade na compreensão de fenômenos complexos relacionados aos objetivos de construção da sustentabilidade. Exige, no âmbito institucional das universidades, estabelecer políticas de reestruturação de forma abrigar programas e grupos interdisciplinares. A interdisciplinaridade é uma necessidade demandada pelos fenômenos complexos contemporâneos que devem ser tratados pela ciência (PHILIPPI JR e SILVA, 2011). Portanto, cabe induzi-la, por meio de mecanismos de distribuição de recursos e avaliação, visando a integração entre as áreas do conhecimento. A Área de Ciências Ambientais busca assimilar o conhecimento interdisciplinar, demandado pelos problemas reais, no próprio processo de avaliação dos programas. A interdisciplinaridade não é entendida como uma disciplina a mais, mas como uma forma necessária de abordagem de problemas inerentes a Área. Logo, um método de integração do conhecimento a partir da necessidade emanada dos fenômenos estudados pelas pesquisas.

I.4 PROGRAMAS E CURSOS DA CACIAMB

Estruturou-se a Área de Ciências Ambientais a partir de migrações de Programas de outras Áreas de Avaliação. Por meio de reuniões e correspondências foram adotados os procedimentos necessários à consolidação dos Programas de Pós-Graduação da nova área CACiAmb. Este movimento foi concluído em agosto de 2012 com a migração de 67 programas que se desdobram em 84 cursos. 54 programas vieram da Área Interdisciplinar (CAInter), sendo 51 oriundos da Câmara Meio Ambiente e Agrárias, 2 da Câmara Engenharia, Tecnologia e Gestão e 1 da Câmara Sociais Aplicadas e Humanidades.

Além desta migração foram incorporadas 8 Programas novos (APCNs) aprovados na edição 2011, que foram julgados conjuntamente CACiAmb e CAInter, 2 da CA Ciências Agrárias, 1 da CA Engenharia I, 1 da CA Engenharia III e 2 da CA Ciências Biológicas I.

A seguir, são apresentadas algumas análises quali-quantitativas sobre perfil e atuação da CACiAmb, mostrando diversos indicadores baseados em aspectos temáticos dos programas/linhas de pesquisa, aspectos geográficos e regionais, institucionais, critérios e resultados de avaliação dos cursos etc.

(i) Análise dos conceitos de avaliação

A Tabela 1 apresenta o número de cursos da CACIAmb, por conceito, destacando-se percentualmente sua distribuição por nível e por conceito.

Tabela 1 - Cursos de Mestrados e Doutorado da CACiAmb distribuídos por Conceito, em 2012

	Conceitos			Brasil	%	
	3	4	5	6		
Mestrado Profissional	11	1	0	0	12	16%
Mestrado Acadêmico	26	17	4	1	48	59%
Doutorado	2	14	7	1	24	25%
Total	39	32	11	2	84	100%
	46%	38%	13%	2%	100%	

Com base nestes dados da CACiAmb e comparando-os com a média nacional que indica que existem 8% de mestrados profissionais e 58% acadêmico e 34% de doutorados (CAPES, 2012) e 32% de Cursos conceito 3, 34% conceito 4, 20% conceito 5, 12% conceitos 6 e 7, (CAPES, 2010b) verifica-se espaço e condições para investir na ampliação no número de doutorados e na melhoria de conceitos.

(ii) Convergência de temas nas linhas de pesquisa

O escopo e as características de natureza transversal dos temas das ciências ambientais formam um universo composto por expressões básicas, extraídas das linhas de pesquisa/atuação dos 67 programas, que podem ser agrupadas segundo suas identidades. A análise destes agrupamentos permite destacar a Tabela 2

Tabela 2 - Temas chaves extraídos das linhas de pesquisa/atuação dos Programas da CACiAmb, em 2012

Temas Chaves	Frequência	
Desenvolvimento + Meio Ambiente	39	58%
Recursos Naturais + Ecologia	24	36%
Gestão + Planejamento + Políticas Públicas	27	40%
Tecnologia Ambiental	38	57%

Quanto aos temas chaves utilizados, ressalta-se que há certo equilíbrio entre os temas agrupados das linhas de pesquisa/atuação dos programas mais próximos das Humanidades (Desenvolvimento + Meio Ambiente e Gestão + Planejamento + Políticas Públicas) e das Ciências/Engenharias (Recursos Naturais + Ecologia e Tecnologia Ambiental).

(iii) Distribuição dos cursos nas regiões brasileiras

Os 67 Programas da CACiAmb recomendados pela Capes são ministrados por 50 IES

distribuídos em 24 dos 27 estados brasileiros, uma vez que apenas os Estados de Acre, Alagoas e Rondônia não têm programas na área. Pode-se ainda notar certa concentração nas regiões Sudeste e Nordeste em contraposição ao Centro Oeste e Norte. Comparando com a média nacional, a região Sul tem menos programas e o Nordeste mais (CAPES, 2010b).

Quanto a CACiAmb, os cursos estão distribuídos segundo o Mapa 1 e a Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição de Programas por Região

Mapa 1 - Distribuição de Cursos por Região



Regiões	Qtde	%
Sul	13	19%
Sudeste	20	30%
C. Oeste	9	13%
Nordeste	17	25%
Norte	8	12%
Brasil	67	100%

(iv) Distribuição dos cursos por natureza das instituições

No que se refere à natureza das IES que têm cursos de pós-graduação na CACiAmb no Brasil, 81% são públicas e 19% são particulares. Quando se compara com a média nacional, 18% de particulares, menos de 1% de municipais, 26% de estaduais e 56% de federais, há certo equilíbrio entre instituições particulares e publicas.

Tabela 4 - Programas da CACiAmb distribuídos por IES privadas e Públicas

	Particular	Públicas		Brasil	
		Municipal	Estadual	Federal	
PPG	13	3	9	42	67
%	19%	4%	13%	63%	100%
% Acumulado	19%		81%		100%

I.5- AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A avaliação da pós-graduação brasileira tem se tornado cada vez mais transparente, sendo depositadas a cada passo do processo informações para acesso público na página web da CAPES.

Nesse sentido, a base inicial de dados para a avaliação, retratando a situação de cada Programa de Pós-Graduação, é disponibilizada publicamente na página da CAPES em Avaliação / Cadernos de Indicadores, com antecedência às datas das reuniões das Coordenações de Área. Assim, os Programas podem conferir seus dados para verificar possíveis erros de processamento e fazer análises comparativas com outros Programas da mesma natureza. A base é organizada por ano e é formada pelo seguinte conjunto de relatórios padronizados: 1. Programa; 2. Teses e Dissertações; 3. Produção Bibliográfica; 4. Produção Técnica; 5. Produção Artística; 6. Corpo Docente, Vínculo, Formação; 7. Disciplinas; 8. Linhas de Pesquisa; 9. Projetos de Pesquisa; 10. Proposta do Programa; 11. Docente Atuação; 12. Docente Produção.

Contudo, esses são dados brutos, sendo que algumas produções podem ser excluídas na avaliação dos Programas de Pós-Graduação. A glosa dessas produções se dá, em alguns casos, por pertencerem a docentes lançados no Coleta CAPES como permanentes, no entanto não se enquadram segundo a Portaria 02/2012 da CAPES, ou então por participarem de três ou mais programas de pósgraduação, quando estes não estão amparados na exceção estabelecida pela Portaria 01/2012 da CAPES ou, então, (disponível em http://www.capes.gov.br). A situação de cada docente de um programa em outros programas de pós-graduação pode ser verificada nos Cadernos de Indicadores, em Corpo Docente. Outro motivo para a glosa é a incorporação de produção de docentes que atuam como permanentes em mais de um programa, quando essa produção é inconsistente com as áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa em foco.

Cabe ressaltar que, na Área de Ciências Ambientais, a Produção Intelectual, juntamente com os quesitos Corpo Docente, Corpo Discente e Inserção Social, com os respectivos pesos de 35 %, 15 %, 35 % e 15% para os Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado, e os pesos 30 %, 15 %, 30% e 25% para os cursos de Mestrado Profissional, predominam na avaliação. Para as notas 6 e 7 é considerada ainda a inserção ou o padrão internacional do programa.

Outro aspecto de destaque é que a avaliação do desempenho do Corpo Discente tem sido cada vez mais um dos pontos cruciais na avaliação da CAPES, pois o principal produto da pós-graduação são os recursos humanos formados. A importância da avaliação da produção intelectual do Programa está na compreensão de que aqueles com produção de alta qualidade oferecem, potencialmente, condições para uma melhor formação de alunos. É de grande relevância a participação dos alunos nesta produção, consistindo para a CACiAmb um dos pontos centrais da avaliação do desempenho do Corpo Discente.

A participação discente em eventos científicos é de grande relevância para o contato com a comunidade, troca de experiências, estabelecimento de colaborações, ajustes no desenvolvimento do projeto, entre outros fatores. No entanto, cabe ressaltar que uma medida do desempenho pleno do corpo discente repousa na coautoria em produções de maior impacto. A qualidade das teses e dissertações é avaliada, principalmente, segundo os produtos que geram e a participação discente

explícita nesses produtos, que são as produções a elas vinculadas. Por essa razão, consideram-se os trabalhos gerados por egressos até três anos após a conclusão do curso, sempre que caracterizados como frutos de suas teses e dissertações.

A coautoria discente na produção qualificada, além de ser um indicador de qualidade dos recursos humanos formados pelo programa, contribui para a inserção do egresso no mercado de trabalho. Um dos resultados mais nobres de um programa de pós-graduação é transformar a vida dos seus titulados, abrindo-lhes novas perspectivas neste mercado. O destino dos egressos é um item da avaliação de programas de pós-graduação consolidados, que tenham nota 5, 6 e 7.

Referências

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano nacional de pós-graduação**: 2011-2020. Brasília, 2010b.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável**: Capes na Rio + 20. Brasília, 2012.

KOTHARI, R. Environment, technology and ethics. In: J.R. Engel & J.G. Engel (Eds.) **Ethics of environment and development**. Tucson: The University of Arizona Press, pp. 27-35. 1990.

PHILIPPI JR., A.; SILVA Neto, Antônio J. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri: Manole, 2011.

II. Considerações gerais sobre a Ficha de Avaliação para o Triênio 2010-2012

Na Área CACiAmb, os quesitos da avaliação Corpo Docente, Corpo Discente e Produção Intelectual, e Inserção Social, têm os pesos 15%, 35 %, 35 % e 15% para os Programas de Mestrado Acadêmico e Doutorado, e os pesos 15 %, 30 %, 30 % e 25% para os Cursos de Mestrado Profissional, respectivamente. Os indicadores constantes de itens da ficha de avaliação são relativos ao período de um ano. Para a avaliação trienal devem ser tomadas médias por ano correspondentes ao triênio de avaliação.

A partir da reformulação do sistema de avaliação em 1998, os conceitos básicos que caracterizam o nível de desempenho dos programas e cursos reconhecidos pelo MEC são expressos pelas notas e atributos "5" (Muito Bom), "4" (Bom) e "3" (Regular). Como requisito mínimo para ser recomendado à nota 5 pela Área Ciências Ambientais o programa deverá receber atributo "Muito Bom" em quatro dos cinco quesitos da Ficha de Avaliação, podendo receber o atributo "Bom" no quesito 2 (Corpo Docente) ou no quesito 5 (Inserção Social), e devendo necessariamente receber o atributo "Muito Bom" nos quesitos 1 (Proposta do Programa), 3 (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e 4 (Produção Intelectual).

Como requisito mínimo para recomendação à nota 4 o programa deverá receber atributo "Bom" nos quesitos 1 (Proposta do Programa), 3 (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e 4 (Produção Intelectual), podendo receber o atributo "Regular" nos quesitos 2 (Corpo Docente) e 5 (Inserção

Social). Como requisito mínimo para a nota 3 o programa deverá receber o atributo "Regular" nos quesitos 1 a 4, podendo receber o atributo "Fraco" no quesito 5 (Inserção Social). Cursos Novos de Mestrado com menos de 30 meses, e de Doutorado com menos de 54 meses, serão avaliados no quesito 3 (Corpo Discente, Teses e Dissertações) levando em conta esse fato.

As notas "6" e "7" são reservadas para os programas enquadrados como nota "5" na primeira etapa de realização da avaliação trienal, que tenham recebido "Muito Bom" em todos os quesitos e que apresentem desempenho equivalente ao de centros internacionais de excelência, bem como se destaquem em relação aos demais programas. Os diferenciais de alta qualificação e desempenho, e de forte liderança nacional do programa envolvem: (i) Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos; (ii) Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação; e (iii) Inserção e impacto regional e nacional do programa, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade e transparência dada à sua atuação.

Na Avaliação Trienal a atribuição de notas 6 e 7 é revisada por comissão específica designada pela CAPES, que compara todos os programas propostos para estas notas pelas áreas de avaliação.

Nos Anexos A e B referentes às **FICHAS DE AVALIAÇÃO TRIENAL** deste documento é feita a apresentação dos aspectos levados em consideração para a atribuição das notas indicadas no Quadro Síntese para Definição do Conceito, para os cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado, e para cursos de Mestrados Profissionais.

II.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS PORTARIAS 01 E 02/2012 DA CAPES

A Área de Ciências Ambientais orienta que a relação orientandos/orientador fique condicionada ao máximo de 12 (doze) alunos (mestrandos e doutorandos) por orientador, considerados todos os cursos em que o docente participa como permanente, exceção, aos casos em que o orientador for bolsista de produtividade CNPq ou equivalente, em que o limite máximo aceito pode chegar a 15 (quinze) alunos por orientador, considerados todos os cursos em que o docente participa como permanente. A CACiAmA orienta, também, que para docentes com 3 (três) ou mais anos como permanente no programa, o número mínimo de orientandos simultâneos não seja inferior a 2 (dois).

II.2 APERFEIÇOAMENTO DOS CRITÉRIOS DE INSERÇÃO SOCIAL

(i) Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.

São observados os impactos educacional, social, cultural, tecnológico e econômico do programa, bem como o impacto das teses e dissertações na inserção dos egressos no mercado de trabalho, inserção de produtos, processos, serviços nas comunidades e a capacidade de atração de candidatos de diversas regiões do país. Considera-se ainda a atuação do Programa no enfrentamento de vulnerabilidades socioambientais ou ainda em temas das ciências ambientais que privilegiam o desenvolvimento sustentável, sobretudo quando estes se originam de demandas comunitárias, regionais e nacionais identificadas.

Os impactos resultantes das atividades de pesquisa, inclusive o próprio trabalho final de conclusão de mestrado e de doutorado, são avaliados sistematicamente pelos artigos publicados

(segundo os critérios do Qualis Periódicos), capítulos e livros (Qualis Livros), trabalhos completos publicados em anais de eventos (o recente Qualis Eventos), trabalhos técnicos, muitos deles resultantes de projetos de pesquisa e extensão (o recente Qualis Produto).

A CACiAmb incentiva os programas relatarem atividades, preferencialmente realizadas conjuntamente entre docentes e discentes, mesmo que estas ainda não tenham campos específicos a serem relatadas no currículo Lattes e, portanto, ainda não avaliadas por meio dos Qualis da CACiAmb, de modo que se possa criar futuramente sistemática para avaliar práticas inovadoras que aproximam a ciência e tecnologia das demandas reais da sociedade.

Entre os exemplos cabíveis, citam-se as atividades junto às incubadoras de empreendimentos solidários ou tecnológicas de cooperativas populares, demandas da sociedade atendidas pelo programa, como participação em Conselhos de Meio Ambiente municipal, estadual e nacional, Comitês de unidade de conservação e de bacias hidrográficas, organização de eventos/cursos de formação/capacitação (inclusive licenciatura) na área socioambiental, e participação em atividades de ensino e orientação de estudantes do ensino básico. Cabe também destacar as premiações ou distinções recebidas, derivadas dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa.

Para isso, estas atividades podem ser relatadas quantitativa e qualitativamente, procurando destacar docentes e discentes participantes, descrição breve da atividade desenvolvida, resultados disponibilizados e formas de divulgação, público diretamente beneficiado, entre eles, governo, empresas, organizações de natureza pública e comunidades, procurando caracterizá-los. Apontar se há uma certificação institucional das pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação, extensão e ensino por meio de projeto financiado ou bolsa, ou ainda de declarações de entidades devidamente constituídas.

Cabe quantificar e qualificar a atuação profissional dos egressos do programa em setores de instituições públicas, privadas ou de natureza pública que tenham atividades correlatas à área socioambiental.

Merece destacar também que os Programas incentivem políticas afirmativas, institucionalizadas por instrumento normativo da IES e do Programa, para acesso e permanência no Programa de Pós-Graduação, de professores da educação básica, sobretudo da rede pública.

(ii) Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação

Avalia-se a existência de intercâmbios, parcerias, projetos de cooperação e produção conjunta com outros programas e centros de pesquisa, bem como com setores públicos e privados de reconhecida relevância (tais como governos, indústrias e organizações não-governamentais), e ainda a mobilidade discente e docente nacional e internacional.

(iii) Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação

São verificadas as garantias de amplo acesso às Teses e Dissertações. Deverá ser mantida uma página web atualizada do programa, com informações acessíveis para o público em geral, contendo um resumo da proposta do Programa, Áreas de concentração, Linhas de pesquisa, Corpo docente, Matriz curricular e Lista de produções. Sugere-se a disponibilização de material didático e de divulgação científica na página do programa.

III. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos, Classificação de Livros, Produtos, Eventos e os critérios da Área para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

O Qualis em seu conjunto de modalidades — Periódicos, Livros, Produtos e Eventos — representa um esforço de avaliação sistêmica e sistemática da produção científica, técnica e de inovações da Pós-Graduação brasileira, na qual prima a qualidade do resultado desta produção por meio de estratos quantitativos de base comparativa, que na sua íntegra constitui o Índice de Produtividade (IndProd).

Os critérios estabelecidos em cada das quatro modalidades do Qualis são independentes, de maneira que representam as singularidades próprias dos diferentes formatos da produção científica, técnica e de inovação.

A Coordenação de Área estimula que essa produção seja resultado de equipes multidisciplinares compostas por docentes e discentes que desenvolvam pesquisas com orientação interdisciplinar em temas relacionados as ciências ambientais que possam dar respostas significativas a problemas reais da sociedade brasileira, considerando sua sócio e bio diversidade, além da comunidade internacional.

Os Programas de Pós-Graduação brasileiros estão estruturados basicamente em dois formatos institucionais. Primeiro, os Programas que são constituídos por cursos de mestrado acadêmico e doutorado, e segundo, os que incorporam os cursos de mestrado profissional.

Para dar conta das especificidades de cada um, a Coordenação de Área valoriza de maneira distinta a produção científica, técnica e de inovação, aqui denominada Índice de Produtividade (IndProd), que corresponde ao somatório dos resultados ponderando cada modalidade do Qualis, assim classificada: periódicos, livros, produtos e eventos, dividido pelo número de docentes permanentes, conforme equação abaixo.

IndProd = (ProdPeriódicos + ProdLivros + ProdProdutos + ProdEventos)/docente permanente

Para os Mestrados Acadêmicos e Doutorados, o somatório ProdProdutos + ProdEventos será contabilizado até o limite de 25% ao total de ProdPeriódicos + ProdLivros.

Para os Mestrados Profissionais, o somatório ProdProdutos + ProdEventos será contabilizado até o limite de 50% em relação ao total de ProdPeriódicos + ProdLivros.

A produção em periódicos (ProdPeriódicos) em estratos inferiores (B3, B4 e B5) será contabilizada até o limite de 20% do total da produção total em periódicos.

A produção técnica (ProdProdutos) em estratos inferiores (P2 e P1) será contabilizada até o limite de 20% da produção técnica total.

A produção em eventos (ProdEventos) em estratos inferiores (E2 e E1) será contabilizada até o limite de 20% da produção total em eventos.

Recomenda-se que a produção técnica, qualificada pelo Qualis Produto, seja gradativamente incentivada nos Programas e Cursos, particularmente para os mestrados profissionais:

Estas ponderações diferenciadas propostas para cada modalidade de produção em seu conjunto estimula que todos os formatos de produção científica, técnica e de inovação sejam divulgados, no entanto reconhecendo as características que são próprias destes dois formatos institucionais dos Programas de Pós-Graduação brasileiro – acadêmico e profissional.

III.1 QUALIS PERIÓDICOS

A CACiAmb adota como definição de periódico, para efeito de classificação nos estratos A1 a B5 do sistema Qualis da CAPES, os veículos com corpo editorial reconhecido, com avaliação pelos pares, com base em pareceres *ad hoc*, com ampla circulação e dotados de ISSN. Buscou-se manter a política de valorização dos periódicos constantes do SciELO, os mesmos são classificados pelo menos nos estratos B1 ou B2, sobretudo quando possuem aderência a temática das ciências ambientais.

Os estratos do Qualis Periódicos da Área de Ciências Ambientais possuem os seguintes pontos.

Estrato do Qualis Periódicos da CACiAmb e seus respectivos pontos

Estrato	Pontos
A1	100
A2	85
B1	70
B2	55
В3	40
B4	25
B5	10
С	0

O Qualis Periódicos da Área adotou critérios que foram conduzidos nas seguintes etapas: 1ª: Seleção de periódicos entre os 7.682 existentes no Qualis CAInter, utilizando o critério de aderência (perfil e escopo), criando assim duas bases de dados: CACiAmb e Descartados; 2ª Etapa: Alteração de estratos de periódicos, procurando não rebaixá-los em relação à CAInter, por meio dos seguintes critérios: número de artigos publicados na CAInter em 2010 (Triênio 2007-2009), indexação Scielo, Portal Periódicos Capes, outras bases de dados, periódicos multitemáticos e consultas às homepage atualizadas; 3ª Etapa: Inclusão de periódicos bem qualificados oriundos dos Comitês de Área em (i) Administração/Contábeis/Turismo, (ii) Biodiversidade, (iii) Economia, (iv) Engenharias I, II e III, (v) Geografia, (vi) Planejamento Urbano e Regional, (vii) Sociologia e Ciências Sociais e (viii) Química, com aderência à CACiAmb; 4ª Etapa: Simulação de cálculo do índice de produção (IndProd) de três programas a partir dos novos estratos sugeridos, comparando com o IndProd do triênio 2007-2009 extraído dos Cadernos de Indicadores/Capes, edição 2009. A partir destas quatro primeiras etapas, produziu-se uma versão preliminar do Qualis Periódicos da CACiAmb que foi encaminhada aos Programas para análise e sugestões de ajustes complementares; 5ª Etapa: Avaliação de sugestões justificadas dos Coordenadores dos Programas e Editores de periódicos a partir da versão preliminar do Qualis; 6ª Etapa: Ajustes dos estratos a partir do Qualis Periódicos atualizado da CAInter e de revistas nacionais relevantes a área, fornecendo as base para o Qualis Periódicos

CACiAmb.

A partir desta sistemática se relacionou 2.484 periódicos (Anexo E), distribuídos na seguinte forma:

	Perió	Periódicos	
Estratos	CACiAmb	Acumulado	%
A1	254	254	11%
A2	293	547	23%
B1	451	998	42%
B2	247	1245	52%
B3	353	1598	67%
B4	442	2040	85%
B5	352	2392	100%
С	93	2485	

A distribuição de periódicos pelos estratos segue as orientações do Conselho Técnico Científico de Ensino Superior – CTC-ES. O número de periódicos nos estratos A1 e A2 não ultrapassa 25 % do total de periódicos do Qualis da Área, e o percentual no estrato A1 é menor do que no estrato A2. A soma dos periódicos nos estratos A1, A2 e B1 deve ser inferior a 50% do total, excluindo os periódicos classificados no estrato C.

A CACiAmb avalia os periódicos dos estratos inferiores, B3 a B5, e os inclui com peso menor. Para evitar concentração da produção nesses estratos, a contribuição B3 + B4 + B5 só é contabilizada até o limite de 20% da produção intelectual em periódicos.

Cumpre mencionar que a inserção de novos periódicos no Qualis dá-se a partir da sua inclusão nos Relatórios Anuais dos Cursos no Coleta CAPES.

III.2 QUALIS LIVROS

A produção qualificada de livros e capítulos pelos Programas da CACiAmb é incentivada, assim como a editoração, revisão, adaptação, versão e tradução de livros, seja de natureza acadêmica, técnica ou didática, sendo reconhecida no processo de avaliação da excelência dos Programas.

(i) Critérios de seleção para qualificação na CACiAmb

São consideradas para efeito de pontuação da produção intelectual apenas os livros e capítulos de caráter científico vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas. As obras integrais e coletâneas de caráter técnico são computadas no item Produção Técnica. Aquelas de caráter estritamente didático e de divulgação são computadas no item relativo ao impacto educacional do Programa.

(ii) Critérios de pontuação

A pontuação de cada livro ou capítulo é calculada segundo o Roteiro para Classificação de Livros, aprovado pelo Conselho Técnico e Científico da CAPES, constante deste documento. O "Instrumento para a Classificação de Livros" (Anexo D), presente no referido roteiro, deverá ter sua primeira e terceira parte preenchidas pela Coordenação do Programa ou pelo docente autor, para todos os produtos classificados como livro ou capítulo de livro.

Pontuação atribuída a livros e capítulos

Livros com editoração	Pontos
L1	25
L2	50
L3	75
L4	100
LNC	0

LNC – obras não classificadas para avaliação como livros

Capítulos de livros com editoração	Pontos
C1	0,5*L1
C2	0,5*L2
C3	0,5*L3
C4	0,5*L4
LNC	0,0

LNC – obras não classificadas para avaliação como capítulos

De acordo com o Roteiro para a Classificação de Livros da CAPES, conforme Anexo III, a soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral e um mesmo autor pode pontuar no máximo dois capítulos incluídos na mesma obra. A qualidade do livro e do capítulo é considerada analisando-se o vínculo com as Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação, e a coautoria discente, com base em teses e dissertações que se tornaram livros. São considerados os dados do "Instrumento para Classificação dos Livros", aprovado pelo CTC-ES.

Cabe destacar, que se compreende por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

III.3 QUALIS PRODUTOS

O objetivo maior de um programa de pós-graduação é a formação e qualificação de profissionais capacitados na busca de solução de problemas da sociedade, orientado pelo método

científico. Para atingir este mister, os programas geram produção científica, técnica e artística, além da sua influência nos cursos de graduação e a disponibilização das inovações aos diversos segmentos da sociedade.

A produção técnica e artística é um dos itens de avaliação de mestrados acadêmicos e profissionais além de doutorados. Assim, a definição de uma métrica que permita a aferição qualitativa e quantitativa desta produção atende a ambos. Um dos principais fatores de diferenciação dos programas de mestrados profissionais dos de mestrados e doutorados acadêmicos (mestrado e doutorado) é que os primeiros privilegiam a integração com os usuários, objetivando a aplicabilidade prática dos produtos. Desta forma, o processo de avaliação dos programas de pós-graduação devem refletir estas características, enfatizando a produção científica para a modalidade acadêmica e a produção técnica e artística com inovação tecnológica para a profissional. A avaliação deve, portanto, estabelecer pesos diferentes: (i) para as modalidades acadêmicas, a produção científica deve ter maior peso; (ii) para a modalidade profissional, a produção técnica e artística deve ser mais valorizada.

Nos casos em que as informações geradas necessitem de alguma forma de proteção , como em requerimentos de patentes ou avaliações que exponham situações internas caracterizadas como diferenciais competitivos, as produções deverão ser avaliadas pelos comitês de ética das IES e pelas instituições públicas ou privadas envolvidas, para harmonizar a necessidade de divulgação dos produtos.

A produção técnica deve ser considerada com os demais quesitos de avaliação dos programas de pós-graduação. Indicadores relacionados à estrutura do curso, como a relação candidato/vaga, o interesse da sociedade pelo curso, manifestado pela integração com instituições que promovam o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, têm grande influência na produção técnica/artística e, portanto devem ser considerados e valorados, especialmente para mestrados profissionais. Da mesma forma, questões relacionadas a dissertações e teses, como a valorização de coorientação por profissionais dos setores público e privado, e a inclusão de quesitos específicos para as bancas, como o potencial de aplicabilidade prática e impacto da dissertação ou tese, devem ser consideradas. A valorização das publicações em congressos e revistas técnicas, além do financiamento direto das instituições (públicas e privadas) da produção intelectual, também são quesitos importantes para estimular a produção técnica/artística. O impacto da produção técnica/artística na sociedade é um dos fatores estratégicos mais importantes a serem considerados. Finalmente, o acompanhamento do egresso é um dos fatores que deve ser contabilizado para mensurar o sucesso de um programa de pósgraduação, especialmente mestrados profissionais.

Os critérios de avaliação são fortes indutores de procedimentos assumidos pelos programas de pós-graduação. Assim, estes critérios devem ser construídos buscando estimular a necessária aproximação entre universidade e sociedade. Neste aspecto, os metrados profissionais assumem grande importância estratégica em decorrência de sua característica de exigir uma grande aderência à solução de problemas concretos, portanto, passíveis de se tornarem inovações tecnológicas. Embora as IFES do Brasil tenham apresentado um grande crescimento no volume e na qualidade da produção acadêmica, as publicações científicas muitas vezes não chegam ao potencial usuário das tecnologias desenvolvidas. É preciso um grande esforço para transformar o conhecimento científico em inovação tecnológica, tanto por parte da comunidade acadêmica, quanto dos diferentes setores da sociedade, que seriam os usuários e beneficiários desta transformação. Desta forma, a avaliação da produção técnica deve considerar e ter como foco os diversos segmentos da sociedade, incluindo o setor

privado, as instituições públicas e o terceiro setor.

O processo de avaliação deve, portanto, induzir a atividade técnica e de pesquisa dos mestrados profissionais a uma aproximação a um usuário potencial, de forma a permitir a adoção da tecnologia desenvolvida e viabilizar sua transformação em inovação tecnológica. Este usuário pode se caracterizar como setor privado (empresas privadas com fins lucrativos, do setor primário, secundário ou terciário), instituições públicas (órgãos do governo federal, estadual e municipal, como estrutura da administração direta e indireta, agências reguladoras, comitês de bacia, além de órgãos do Poder Judiciário e Ministério Público e do Poder Legislativo, como o congresso nacional, assembleias legislativas e conselhos) e o terceiro setor.

A integração é um caminho de duas mãos, portanto, exige também o desenvolvimento de atividades que estimulem as instituições públicas, privadas e o terceiro setor a se integrarem nos processos de inovação tecnológica. A existência de levantamentos de demanda tecnológica por parte de setores da sociedade pode ser um dos critérios para se avaliar a integração da atividade científica e tecnológica. Ao definir um critério como este, a CAPES sinaliza claramente aos setores da sociedade que há interesse em uma aproximação entre eles e que um levantamento organizado das necessidades tecnológicas pode influenciar a definição dos temas de pesquisa dos programas de pós graduação.

A produção técnica é importante na perspectiva de gerar diferenciais competitivos nos produtos das empresas privadas e no aumento da eficácia da gestão pública e privada. Com relação aos diferenciais competitivos os principais pontos a considerar são: a aderência da produção técnica com a demanda da instituição e o impacto da contribuição em relação ao aumento da competitividade, a partir da melhoria da qualidade, redução de custos e otimização da produção, especialmente na sustentabilidade dos processos. O apoio técnico e científico à estruturação da gestão é especialmente necessário para aprimorar a governança e governabilidade contribuindo com a melhoria da qualidade da gestão pública, desde a definição de procedimentos gerenciais e administrativos até a produção da base teórica para subsidiar a elaboração de leis e regulamentações.

A valoração dos produtos técnicos/artísticos deve considerar a relevância da produção para a sociedade (impacto econômico, social e ambiental), a aderência às necessidades do usuário (determinada pela sua participação no financiamento da atividade e as parcerias para o projeto), a complexidade (característica inovadora, tempo de elaboração, porte do produto), a aderência à linha de pesquisa e a participação do corpo discente e a efetividade (se o produto tem aplicação/aplicabilidade prática e o grau de impacto na atividade fim).

Tratando-se da avaliação de programas de pós-graduação, deve ser contabilizada a produção técnica desenvolvida dentro do âmbito de trabalhos de Pesquisa & Desenvolvimento ligados às linhas de pesquisa, enfatizando-se aquelas que tenham a participação do corpo discente, principalmente as aderidas às dissertações de mestrado ou teses de doutorado defendidas no Programa.

De maneira geral, existem grandes dificuldades na avaliação desta produção de forma quantitativa. Exceto pelo número de patentes e registro depositados no INPI (ou equivalente internacional) produzidos por um Programa no período de avaliação, entende-se que os outros tipos de produção deste item devam ser analisados de forma qualitativa. Mesmo em relação à produção de patentes e registros, a qualidade das mesmas deve ser aferida conforme sugerido neste documento. Isto se deve ao fato de que, a concessão de uma patente por instituto de propriedade intelectual no Brasil ou no exterior não caracteriza sua aplicabilidade industrial, comercial ou mesmo social. De

fato, patentes representam um meio legal de proteção de um invento e podem ser interpretadas como um indicador de invenção. Por outro lado, antes que uma invenção possa se transformar em uma inovação, esforços empresariais são necessários para o seu desenvolvimento, fabricação e comercialização. Em função disso, muitas patentes podem nunca serem de fato usadas e poucas terem alto valor comercial. Além disso, muitas invenções não são patenteadas porque empresas podem se utilizar de segredo industrial ou outros mecanismos para dominar mercados¹. Deve-se destacar ainda que as empresas são as principais beneficiadas e consequentemente responsáveis pela criação e gestão das patentes. O papel da pós-graduação não deve ser, portanto, o de gerar patentes, mas sim de apoiar o setor produtivo a obtê-las, através do desenvolvimento de programas de pesquisas de qualidade, com objetos que atendam as reais demandas da sociedade.

A valoração da produção técnica deve se restringir aos produtos considerados relevantes. Não devem ser contabilizados como produtos técnicos trabalhos que envolvam assuntos corriqueiros, que apresentem grande simplicidade e que não e evidenciem a criação técnica e atividade inovativa. Da mesma forma, não devem ser contabilizados projetos que envolvam apenas a realização de testes repetitivos realizados em equipamentos-padrão. Neste contexto, também devem ser seguidas as diretrizes estabelecidas nos manuais da OECD^{2,3} no que diz respeito à mensuração das atividades de desenvolvimento tecnológico.

(i) Conceitos e Definições

A produção intelectual de um programa de pós-graduação é subdividida em produção científica, técnica e artística. A valoração da produção científica é realizada por meio da publicações qualificadas, a partir das quais é feita a divulgação do conhecimento gerado. A produção técnica/artística é valorada por meio dos produtos técnicos/artísticos relevantes, desenvolvidos no âmbito do programa.

Seguindo os conceitos estabelecidos pelo IBGE relativos à PINTEC⁴, devem ser consideradas:

Inovação tecnológica, definida pela introdução no mercado de um produto (bem ou serviço) que seja novo ou substancialmente aprimorado, pelo menos para a empresa, ou pela introdução na empresa de um processo que seja novo ou substancialmente aprimorado, pelo menos para a empresa;

Atividades inovativas, que se referem aos esforços empreendidos pela empresa no desenvolvimento e implementação de produtos (bens ou serviços) e processos novos ou aperfeiçoados;

Inovação organizacional, que compreende a implementação de novas técnicas de gestão ou de significativas mudanças na organização do trabalho e nas relações externas da empresa.

Inovação de marketing, que consiste na implementação de novas estratégias ou conceitos de marketing ou de mudanças significativas na estética, desenho ou embalagem dos produtos, sem modificar suas características funcionais e de uso.

Tecnologias sociais, que envolvem todo o produto, método, processo ou técnica criada para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil

¹ OECD Patent Statistics Manual, OECD, 2009

² Oslo Manual: Guidelines For Collecting And Interpreting Innovation Data, 2005.

³ Proposed Standard Practice for Surveys on Research and Experimental Development, Frascati Manual, 2002

⁴ Pesquisa de Inovação PINTEC – 2011, IBGE.

aplicabilidade e impacto social comprovado.

(ii) Produtos Técnicos para Qualificação

Os produtos técnicos a serem considerados para qualificação podem ser classificados nos seguintes grupos: Patentes e registros nacionais e internacionais; Estudos, protótipos, projetos, treinamento, manual técnico, material didático, zoneamentos, plano diretor, softwares e relatórios técnicos; Desenvolvimento de técnicas e processos; Divulgação técnica; Prestação de serviços e Produção artística.

Definição de alguns produtos:

Protótipo: Aplicação do produto técnico em escala compatível que possibilite a sua avaliação em condições reais, permitindo a análise para a antecipação de problemas de implantação e operação e a mensuração dos benefícios, para orientar sua disponibilização para adoção em escala real.

Manual: Conjunto de orientações técnicas que possibilitem a definição das atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais responsáveis pela implantação, operação e monitoramento dos procedimentos/atividades adequadas à implantação/operação de tecnologias ou processos. Os manuais podem ser de implantação, operação, procedimentos, segurança etc.

Software: O software é a parte programável de um sistema de informática. Ele é um elemento central: realiza estruturas complexas e flexíveis que trazem funções, utilidade e valor ao sistema. Mas outros componentes são indispensáveis: as plataformas de hardware, os recursos de comunicação de informação, os documentos de diversas naturezas, as bases de dados e até os procedimentos manuais que se integram aos automatizados. Pádua Filho (2003) PÁDUA FILHO, Wilson de. Engenharia de software: fundamentos, métodos e padrões. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

Estudo técnico (produtos e processos): Produção e aplicação de determinado conhecimento, método, técnica etc, para produção de diagnósticos, cenários, projetos, produtos, processos, pesquisas, que possam ser aplicados para solução de problemas concretos. São exemplos de estudos técnicos aplicados a área ambiental: caracterização ambiental, social, econômica, tecnológica, etc., de determinada região, processo, produto, dinâmica, para gerar informações técnicas e outros instrumentos, tais como mapas, zoneamentos, estudos de impacto ambiental, plantas.

Estudo de apoio à gestão (público e privado): Estudos técnicos e científicos que avaliem as possibilidades de otimizar os processos de gestão existentes e apresentem alternativas que permitam a redução de custos, aumento da eficácia, garantia de transparência, a agilização e simplificação mantendo ou ampliando a capacidade e controle gerencial. Conjunto de atividades desenvolvidas com o objetivo de elaborar levantamentos, diagnósticos, estudos, análises, para embasar a proposição de processos de gestão, tecnológicos, cadeias produtivas, sistemas de apoio à decisão, planejamento operacional e estratégico, etc.

Estudo de apoio à regulamentação: Estudos técnicos e científicos, tais como levantamentos, mapas, revisões bibliográficas, sistematização de dados, levantamentos e interpretações de novas informações, pesquisas etc., que servem como subsídio de apoio à regulamentação em forma de leis, decretos, portarias, resoluções, normas, etc. Estes estudos podem ser resultantes de encomendas específicas de entidades regulamentadoras ou elaboradas por iniciativa própria de grupos de pesquisa.

Divulgação técnica: Produtos que estimulem a divulgação para utilização de informações, métodos e técnicas tais como palestras, informativos técnicos, folder, publicação de trabalhos

técnicos, divulgação em sistemas informatizados, formação de redes temáticas de aprofundamento técnico, abertura de sites de divulgação com conteúdo técnico etc.

(iii) Classificação de Estratos

O Qualis Produtos possui classificação de quatro estratos, definidos a partir das notas totais referendadas na ficha de avaliação, resultado da apuração de cada um dos quatro grandes critérios: Complexidade e porte, Aplicabilidade prática, Relevância e Aderência.

Estratos	Critérios	Pontos
P1	Entre a nota 11 e 20	25
P2	Entre a nota 21 e 30	50
P3	Entre a nota 31 e 40	75
P4	Entre a nota 41 e 51	100
PNA	Abaixo de 11	0

Cabe destacar que a produção de Patente e Produto registrado serão privilegiados, sobretudo quando houver envolvimento de discentes: Patente depositada com registro equivale automaticamente 75 pontos; Patente outorgada/concedida equivale automaticamente 100 pontos; Patente licenciada e produzindo equivale automaticamente a 500 pontos; Produto registrado em órgão competente equivale automaticamente 75 pontos. No caso de envolvimento de discente(s) multiplica-se os respectivos pontos por 2.

III.4 QUALIS EVENTOS CIENTÍFICOS

A produção qualificada de artigos em eventos científicos pelos Programas de Pós-Graduação da CACiAmb é incentivada, sendo reconhecida no processo de avaliação da excelência dos Programas. São considerados para efeito de pontuação da produção intelectual artigos completos de caráter científico vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas. Para fins de avaliação da produção intelectual do PPG, a pontuação de cada artigo publicado em Anais de eventos é calculada conforme Tabela abaixo.

Tabela: Pontuação atribuída a artigos completos publicados em Anais de Eventos

Eventos	Pontos
E1	25
E2	50
E3	75
E4	100
ENA	0

A avaliação dos eventos é realizada com base no estabelecimento de indicadores objetivos que permitem estruturar de forma adequada esta base de dados. São eles: (i) Relevância e atualidade da temática do evento, bem como sua aderência aos Programas de Pós-Graduação avaliados pela CACiAmb; (ii) Número de edições do evento; (iii) Organização por sociedades científicas reconhecidas em suas áreas de atuação; (iv) Existência de corpo de revisores reconhecidos em suas áreas de atuação; (v) Abrangência do evento (local, regional, nacional e internacional); (vi) Porte do evento.

A estruturação do Qualis Eventos possibilita contabilizar publicação em eventos científicos produção intelectual do Corpo Docente e Discente. Tendo em vista a importância relativa dos diferent tipos de produção intelectual dos programas avaliados, foi atribuído peso específico às publicações e eventos para composição final do indicador relativo à produção intelectual do Corpo Docen Publicações com coautoria docente e discente são incentivadas.

IV - CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REQUISITOS PARA A CRIAÇÃO DE CURSOS NOVOS MODALIDADE ACADÊMICA E PROFISSIONAL NAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

O Mestrado Profissional é modalidade de formação pós-graduada *stricto sensu* que objetiva a capacitação para a prática profissional transformadora com foco na gestão, produção ou aplicação do conhecimento, visando à solução de problemas ou proposição de inovações, por meio da incorporação do método científico e da atualização do conhecimento pertinente.

A Coordenação de Área em Ciências Ambientais reconhece o contexto diferenciado dos Mestrados Profissionais, quando estes comparados a modalidade acadêmica. Aperfeiçoam-se os critérios de Inserção Social, como detalhados anteriormente, e criando o Qualis Produtos, explicitado mais adiante.

Os Mestrados Acadêmicos também se beneficiam de tais iniciativas, além da criação do Qualis Eventos, também detalhado posteriormente.

Os requisitos para a criação de Cursos Novos Modalidade Acadêmica e Profissional na Ciências Ambientais estão detalhados respectivamente nos Anexos C e D.

V. Considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 – inserção internacional

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para programas com doutorado, classificados com nota 5 na primeira etapa de realização da avaliação trienal, e que necessária e obrigatoriamente apresentem desempenho equivalente ao de centros internacionais de excelência da área, e tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

O programa candidato à nota 6 ou 7 deverá atingir excelência nos cinco quesitos da Ficha de Avaliação de Programas da CAPES e apresentar:

Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos;

Consolidação e liderança nacional como formador de recursos humanos para pesquisa e pósgraduação e não apenas como importante centro de produção de pesquisa;

Liderança nacional na nucleação de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa;

Inserção e impacto regional e nacional, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade ou transparência na sua atuação.

As características que contribuem para conferir os graus de excelência pretendidos nos programas envolvem questões como as abordadas a seguir.

Com relação à internacionalização, além dos parâmetros de produção, os programas devem demonstrar, principalmente com relação o seu corpo docente permanente, a proporção de docentes participando como visitantes em programas de IES estrangeiras; a proporção de docentes com estágio pós-doutoral em IES estrangeiras: a recepção de professores visitantes estrangeiros no triênio; o intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo através de bolsas-sanduíche; a orientação de alunos de origem estrangeira no programa; a participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional; o financiamento internacional de atividades de pós-graduação; a participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional; a participação em diretorias de associações científicas internacionais; a participação em projetos de pesquisa envolvendo grupos de pesquisa de instituições estrangeiras.

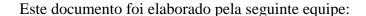
Quanto à liderança na área, os programas devem demonstrá-la por meio de atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países; da proporção de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES e de agências de fomento internacionais e nacionais; das premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes permanentes, que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação; da proporção de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; da participação de docentes permanentes em cargos relevantes para a política nacional nas áreas associadas aos programas, em especial da educação, saúde e ciência e tecnologia.

Com relação à nucleação, os programas devem demonstrar a participação de egressos em atividades de ensino de graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação; em atividades de ensino de pós-graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação; em atividades de pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.

No que se refere à solidariedade, os programas devem demonstrar sua cooperação com programas com nota 3 ou 4 ou com grupos que ainda não tem curso de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de projetos como Minter, Dinter, Casadinho, Procad ou associação com IES para promover a criação e consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em outras regiões do país

ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação; de assessoria para a formulação de propostas de cursos novos; de participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados; de participação em disciplinas, seminários e oficinas em outros cursos de pós-graduação; de parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação; de participação em cursos em associação ampla.





Arlindo Philippi Jr - Universidade de São Paulo (Coordenador *Pro Tempore* CACiAmb)

Maria do Carmo Martins Sobral - Universidade Federal de Pernambuco

Carlos Alberto Cioce Sampaio - Universidade Federal do Paraná
Cleverson V. Andreoli - SANEPAR
Tadeu Fabrício Malheiros - Universidade de São Paulo
Valdir Fernandes — Universidade Positivo

Brasília, 10 de agosto de 2012.

ANEXO A. FICHA DE AVALIAÇÃO PARA MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICOS - TRIÊNIO 2010-2012

Quesitos / Itens	Definições e Comentários sobre o Quesito / Itens
1 – Proposta do Programa	(Peso do quesito: 0%)
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular. (Peso do item no quesito: 70%)	Entende-se como coerente, consistente, abrangente e atual uma proposta de Programa de Pós-Graduação na Área de Ciências Ambientais – CACiAmb – em que a geração de conhecimento vinculada às áreas de concentração e linhas de pesquisa se baseie em temas da ciências ambientais estratégicos e práticas interdisciplinares, como definido no Documento de Área CACiAmb.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área. (Peso do item no quesito: 10%) 1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão. (Peso do item no quesito: 20%)	Espera-se a integração de duas ou mais áreas do conhecimento, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia ambientais e faça surgir um novo profissional, capaz de compreender os fenômenos naturais e suas interações com os processos sociais, de modo a possibilitar a geração de novas tecnologias ambientais e maior inclusão social, transferida para o seu exercício profissional como egresso. Portanto, as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, bem como a proposta curricular e adequação da infraestrutura para ensino e pesquisa devem contemplar esses pressupostos. Recomenda-se que a concepção da proposta contenha projetos estruturadores que estabeleçam espaço de pesquisa entre docentes e discentes. O planejamento do programa deve promover na sua prática acadêmicocientífica a abertura para o enfrentamento de desafios relativos às questões ambientais em suas diferentes vertentes, considerando o que a inovação teórica e metodológica impõe às pesquisas. Para tanto, recomenda-se que estas promovam diálogos entre pesquisadores e pós-graduandos do Brasil e exterior.
2 – Corpo Docente	(Peso do quesito: 15%)
	São observados: a participação de docentes permanentes bolsistas do CNPq; a composição diversificada do corpo docente em relação à área de origem de formação graduação; o apoio a projetos por órgãos de fomento; a distribuição do corpo docente pelas áreas disciplinares que abrangem a proposta; o grau de inter-multidisciplinaridade, compatibilidade e integração do corpo docente com a Proposta do Programa. Indicador de Formação Docente IndFor (%) = (Form1 + Form2 + Form3) / 3 Form1 = (A / B) × 100 % A = Número de docentes permanentes que são bolsistas do CNPq B = Número total de docentes permanentes Form2 = (C / D) × 100 % C = Número de instituições onde os docentes permanentes concluíram o
	doutorado



Form3 = $(E / F) \times 100 \%$

E = Número de docentes permanentes com projetos apoiados por órgãos de fomento

F = Número total de docentes permanentes

Indicador do Grau de Multidisciplinaridade, Compatibilidade e Integração do Corpo Docente com a Proposta do Programa - especialidade e adequação em relação à Proposta do Programa. A formação do corpo docente deve ser bem distribuída pelas áreas disciplinares que abrangem a proposta.

2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.

(Peso do item no quesito: 50%)

A CACiAmb estabelece que os programas sejam compostos com um mínimo de 12 docentes permanentes; que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro; que a dedicação às atividades de pesquisa e formação no programa seja em média de 20 horas semanais, com a excepcionalidade na ocasião que se tratar de docente permanente que participa de três ou mais programas de pósgraduação, quando se está amparado pela Portaria 01/2012 da CAPES; e que haja distribuição adequada da carga horária de ensino, pesquisa e orientação, entre o corpo docente, em cada ano base.

Indicador de Adequação do Corpo Docente IndAde = (Ade1 + Ade2 + Ade3) / 3

$$Ade1 = (A/B) \times 100$$

A = Número de docentes permanentes

B = Número total de docentes

$$Ade2 = (C / D) \times 100$$

C = Carga horária total dos docentes permanentes dedicada ao programa de pós-graduação em avaliação

D = Número total de docentes permanentes $\times 40 \text{ h}$

$$Ade3 = (E / F)$$

E = Número total de orientandos dos docentes permanentes (considerando todos os programas em que estes docentes participam)

F = Número de docentes permanentes orientadores

Obs.: Docente permanente é aquele que esteja desempenhando as três atividades: (i) orientação; (ii) pesquisa; e (iii) docência, e tenha vínculo funcional-administrativo com a IES ou, em caráter excepcional, se enquadram em uma das alíneas consideradas pela Portaria 002/2012 CAPES

Indicador de Dedicação Docente

$$IndDoc = (Doc1 + Doc2) / 2$$

$$Doc1 = (A/B)$$

A = Número de disciplinas ministradas na pós-graduação pelos docentes permanentes

B = Número de docentes permanentes

$$Doc2 = (C / D)$$

C = Número de docentes permanentes que ministraram disciplinas

D = Número total de docentes permanentes

	A atuação docente em atividades de pesquisa é avaliada levando em consideração a liderança de projetos, e sua relevância nos níveis regional, nacional e internacional, bem como impacto na formação de recursos humanos e aderência à proposta do programa.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa. (Peso do item no quesito: 10%)	É observado se as atividades de orientação e a carga horária em disciplinas estão bem distribuídas pelo quadro de permanentes; e se todos os docentes do programa estão envolvidos em atividades de pesquisa. MedDis = A / B A = Número de disciplinas ministradas pelos docentes permanentes no programa B = Número total de docentes permanentes IndDist = (C / D) X 100 C = Número de docentes permanentes com um número de disciplinas
	ministradas na faixa de 70 % a 130 % da média MedDis D = Número total de docentes permanentes IndPer = (E / F) x 100 E = Número de docentes permanentes que atuaram nas três atividades: (i) orientação; (ii) ministrando disciplinas; e (iii) participação em projetos de pesquisa F = Número total de docentes permanentes
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na	Quando for o caso, observa-se o tempo médio semanal dedicado às disciplinas da graduação e o número de docentes permanentes que atuam nessas disciplinas, a participação discente de graduação em projetos e na produção do programa, a existência de fomento institucional de bolsas de iniciação científica e tecnológica e a presença de bolsistas dessas modalidades no programa.
formação de profissionais mais capacitados no plano da	IndGrad = (Grad1 + Grad2 + Grad3) / 3
graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se	B = Carga horária total de aula dos docentes permanentes Grad2 = (C / D) x 100 C = Tempo médio semanal, por docente, de aula na graduação e na pósgraduação D = 40 h Obs: Para instituições que não tenham curso de graduação deve-se considerar C = 2,0 X tempo médio, por docente, de aula de pós-graduação.
	Grad3 = (E / F) x 100 E = Número de docentes permanentes que ministraram aulas na graduação e na pós-graduação F = Número total de docentes permanentes
	Para Instituições que não tenham curso de graduação o indicador será modificado para: IndGrad = (Grad2 + Grad3) / 2

3 – Corpo Discente, Teses e	
Dissertações	(Peso do quesito: 35%)
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente. (Peso do item no quesito: 15%)	São verificados os números de dissertações e teses defendidas e aprovadas no período e sua proporção em relação ao corpo docente permanente e ao corpo discente. IndOri = (A + 2 B) / C A = Número de dissertações defendidas e aprovadas B = Número de teses defendidas e aprovadas C = Número total de docentes permanentes
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa. (Peso do item no quesito: 20%)	Observa-se o número de orientadores do quadro permanente com teses e/ou dissertações defendidas no período e o número total de alunos matriculados no programa, em relação ao número total de docentes permanentes. Norient = A / B A = número de orientadores do quadro permanente com teses ou dissertações defendidas no período B= número total de docentes permanentes IndRel = A / B A = Número total de alunos regulares do programa (total no início do Ano Base, incluídos os Alunos Novos) B = Número total de docentes permanentes DistOri = (E / F) x 100 E = Número de docentes permanentes com um número de orientandos na faixa de 70 % a 130 % do indicador IndRel F = Número total de docentes permanentes Pela Portaria CAPES 002/2012 todos os docentes permanentes devem estar orientando no período de avaliação. A Área de Ciências Ambientais recomenda que a relação orientandos/orientador fique condicionada ao máximo de 12 (doze) alunos (mestrandos e doutorandos) por orientador, considerados todos os cursos em que o docente participa como permanente, exceção, aos casos em que o orientador for bolsista de produtividade CNPq ou equivalente, em que o limite máximo aceito pode chegar a 15 (quinze) alunos por orientador, considerados todos os cursos em que o docente participa como permanente. É recomendado também, que para docentes com 3 (três) ou mais anos como permanente no programa, o número mínimo de orientandos simultâneos não seja inferior a 2 (dois). Neste contexto, considera-se que este item seja avaliado como: Muito bom quando 80% a 100% do Corpo Docente Permanente possui relação média entre 2 e 8 orientandos por orientador;
	Bom quando 60% a 79% do Corpo Docente Permanente possui relação média entre 2 e 8 orientandos por orientador;

3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pósgraduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área. (Peso do item no quesito: 50%)	Regular quando 40% a 59% do Corpo Docente Permanente possui relação média entre 2 e 8 orientandos por orientador; Ruim quando 20% a 0% do Corpo Docente Permanente possui relação média entre 2 e 8 orientandos por orientador. Verifica-se a proporção de discentes da pós-graduação que são autores de artigos completos em periódicos ou em eventos científicos relevantes, e também de livros ou capítulos de livros e de produção tecnológica relevante; incluindo o egresso da pós-graduação com até três anos de conclusão do curso. Outros aspectos, como a participação discente da graduação na produção intelectual, qualidade das bancas examinadoras e o vinculo das teses e dissertações às áreas de concentração e linhas de pesquisa também são observados. IndAut (%)= (A / B) × 100 % A = Número de discentes da pós-graduação autores de artigos completos em periódicos ou em eventos científicos relevantes, livros ou capítulos de livros e produção tecnológica relevante B = Número total de alunos da pós-graduação
3.4 Eficiência do Programa na	IndQual = A / IndOri A = produção intelectual média por docente permanente com participação discente de pós-graduação, incluindo o egresso até três anos após a conclusão do curso. São considerados a proporção de bolsistas que concluíram suas teses e
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados. (Peso do item no quesito: 15%)	São considerados a proporção de bolsistas que concluíram suas teses e dissertações e o tempo médio de titulação de bolsistas e não bolsistas. IndEfi = (Efi1 + Efi2 + Efi3 + Efi4 + Efi5 + Efi6) / 6 Efi1 = 2 × (A / B) A = Número de alunos de mestrado bolsistas que concluíram a dissertação B = Número total de alunos de mestrado bolsistas Efi2 = 4 × (C / D) C = Número de alunos de doutorado bolsistas que concluíram a tese D = Número total de alunos de doutorado bolsistas Efi3 = Tempo médio de titulação dos bolsistas de mestrado (meses) Efi4 = Tempo médio de titulação dos bolsistas de doutorado (meses) Efi5 = Tempo médio de titulação dos alunos de mestrado não bolsistas (meses) Efi6 = Tempo médio de titulação dos alunos de doutorado não bolsistas (meses) O cálculo do indicador IndEfi deverá ser ajustado consistentemente de forma a considerar programas que tenham apenas o Mestrado Acadêmico ou apenas o Doutorado.



4 – Produção Intelectual	(Peso do quesito: 35%)			
	(1 eso do quesito. 35 %)			
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente	Índice de Produtividade (IndProd)			
permanente.	IndProd = (Produção Bibliográfica + Produção Produto)/docente			
(Peso do item no quesito: 50%)	permanente Produção Bibliográfica (ProdBibliográfica) = (ProdPeriódicos + ProdLivros + ProdEventos) / docente permanente			
	O cálculo do ProdProduto está detalhado no item 4.3.			
	Produção Bibliográficas (ProdBibliográfica)			
	É calculada a média anual sobre a produção do Sistema Qualis da Área de Ciências Ambientais em periódicos (ProdPeriódicos), mais a produção em livros/capítulos (ProdLivro) mais a produção em Eventos (ProdEvento) por docente permanente.			
	Produção em Periódicos (ProdPeriódicos)			
	Para isso, calcula-se cada índice de produção. O índice de produção de periódicos (ProdPeriódicos) é representado pela fórmula abaixo: ProdPeriódicos = (1,0*A1 + 0,85*A2 + 0,7*B1 + 0,55*B2 + 0,4*B3 + 0,25*B4 + 0,1*B5)			
	A produção em periódicos (ProdPeriódicos) em estratos inferiores (B3, B4 e B5) será contabilizada até o limite de 20% do total da produção total em periódicos.			
	Produção em livros/capítulos (ProdLivros)			
	A produção em livros/capítulos (ProdLivro), quando contabilizada no indicador IndProd, será considerada multiplicando-se os pontos atribuídos à obra, definidos na tabela abaixo, por 0,02. A pontuação de cada livro ou capítulo é calculada segundo o Roteiro para Classificação de Livros, aprovado pelo CTC-ES da CAPES, constante desse documento.			
	O "Instrumento para a Classificação de Livros", presente no referido roteiro, deverá ter sua primeira e terceira partes preenchidas pela Coordenação do Programa ou pelo docente autor, para todos os produtos classificados como livro ou capítulo de livro.			
	Pontuação atribuída a livros e capítulos			
	Livros com pontos			
	editoração L1 25			
	L2 50			
	L3 75			
	L4 100			
	LNC 0			
	LNC – obras não classificadas para avaliação como livros			



Capítulos de livros com	pontos
editoração	
C1	0,5*L1
C2	0,5*L2
C3	0,5*L3
C4	0,5*L4
LNC	0,0

LNC – obras não classificadas para avaliação como capítulos

A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral.

A produção de livros/capítulos (ProdLivros) em estratos inferiores (L2 e L1) e (C2 e C1) será contabilizada até o limite de 20% da produção livros/capítulos total.

Produção em eventos (ProdEventos)

A produção qualificada de artigos em eventos é incentivada, sendo reconhecida no processo de avaliação dos Programas. São considerados para efeito de pontuação da produção intelectual artigos completos de caráter científico vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas. A pontuação de cada artigo publicado em Anais de eventos é calculada conforme Tabela abaixo.

Tabela: Pontuação atribuída a artigos completos publicados em Anais de Eventos

Eventos	Pontos
E1	25
E2	50
E3	75
E4	100
ENA	0

A avaliação dos eventos é realizada com base no estabelecimento de indicadores objetivos que permitem estruturar de forma adequada esta base de dados. São eles: (i) Relevância e atualidade da temática do evento, bem como sua aderência aos Programas de Pós-Graduação avaliados pela CACiAmb; (ii) Número de edições do evento; (iii) Organização por sociedades científicas reconhecidas em suas áreas de atuação; (iv) Existência de corpo de revisores reconhecidos em suas áreas de atuação; (v) Abrangência do evento (local, regional, nacional e internacional); (vi) Porte do evento. Publicações com coautoria docente e discente são incentivadas.

A produção em eventos (ProdEventos) em estratos inferiores (E2 e E1) será contabilizada até o limite de 20% da produção total em eventos.



DOCUMENTO DE ÁREA CACIAmb 2012					
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. (Peso do item no quesito: 20%)	A CAC se à no IndProd produçã curso é indicade A prod Ambien	ota 5, que a l seja de 1,2 lo calculada candidato à or IndProd sej lução em pe	ina como requisito mínimo para um média anual da produção calcula. Não atingindo este índice, caso pelo indicador IndProd seja maior nota 4. Não atingindo este últir ja maior ou igual a 0,5 o curso é can eriódicos no sistema Qualis da ar homogeneamente distribuída por	da pelo índicador a média anual da ou igual a 0,8, o mo índice, caso o didato à nota 3.	
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes. (Peso do item no quesito: 30%)	Os proclassifici internacional de la considera de considera de considera pós-grado os critoconsidera social e sua par projeto) porte de discente e o grado os critoconsidera de sua par projeto) porte de discente e o grado os critoconsideras de consideras	edutos técnice ados nos secionais; (ii) E colvimento de solvimento de solvimento de solvimento de solvimento de Concentra e (teses e distra que a avas estão trazenduação, no coefrios identificam: relevânce ambiental), a tricipação no e, complexida o produto), a e, e a efetivida de impacto re	de Produtos Técnico/Artístico (ProdProduto) tos técnicos a serem considerados para qualificação são os nos seguintes grupos: (i) Patentes e registros nacionais e nais; (ii) Estudos, protótipos, projetos e relatórios técnicos; (iii) imento de técnicas e processos; (iv) Divulgação técnica; (v) de serviços e (vi) Produção artística. se o vínculo do Produto Técnico/Artístico com a Proposta, suas Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos, e a coautoria eses e dissertações que geraram esses produtos). A CACiAmb que a avaliação de patentes deva enfatizar o benefício que as tão trazendo para a formação de recursos humanos no nível de ação, no contexto do programa. os identificados que valorizam os produtos técnicos/artísticos na relevância da produção para a sociedade (impacto econômico, abiental), aderência às necessidades do usuário (determinada pela apação no financiamento da atividade e as parcerias para o complexidade (característica inovadora, tempo de elaboração, roduto), aderência à linha de pesquisa e participação do corpo a efetividade (se o produto tem aplicação/aplicabilidade prática impacto na atividade fim).		
	das not apuraçã	as totais refe o de cada u	ui classificação de quatro estratos, crendadas na ficha de avaliação ar um dos seguintes critérios: Compa, Relevância e Aderência. Critérios Entre a nota 11 e 20 Entre a nota 21 e 30 Entre a nota 31 e 40 Entre a nota 41 e 51	nexa, resultado da	

PNA

Abaixo de 11



Cabe destacar que a produção de Patente e Produto registrado serão privilegiados, sobretudo quando houver envolvimento de discentes: Patente depositada com registro equivale automaticamente 75 pontos; Patente outorgada/concedida equivale automaticamente 100 pontos; Patente licenciada e produzindo equivale automaticamente a 500 pontos; Produto registrado em órgão competente equivale automaticamente 75 pontos. No caso de envolvimento de discente(s) multiplica-se os respectivos pontos por 2.

A produção técnica (ProdProdutos) em estratos inferiores (P2 e P1) será contabilizada até o limite de 20% da produção técnica total.

Recomenda-se que a produção técnica seja gradativamente incentivada nos Programas e Cursos, particularmente para os mestrados profissionais:

Cálculo do IndProd

Para os Mestrados Acadêmicos e Doutorados, o somatório ProdProdutos + ProdEventos será contabilizado até o limite de 25% ao total de ProdPeriódicos + ProdLivros.

5 – Inserção Social

5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.

(Peso do item no quesito: 40%)

(Peso do quesito: 15%)

São observados os impactos educacional, social, cultural, tecnológico e econômico do programa, bem como o impacto das teses e dissertações na inserção dos egressos no mercado de trabalho, inserção de produtos, processos, serviços nas comunidades e a capacidade de atração de candidatos de diversas regiões do país. Considera-se ainda a atuação do Programa no enfrentamento de vulnerabilidades socioambientais ou ainda em temas das ciências ambientais que privilegiam a sustentabilidade do desenvolvimento, sobretudo quando estes se originam de demandas comunitárias, regionais e nacionais identificadas.

Incentivam-se atividades junto às incubadoras de empreendimentos solidários ou tecnológicas de cooperativas populares, participação em Conselhos de Meio Ambiente municipal, estadual e nacional, Comitês de unidade de conservação e de bacias hidrográficas, organização de eventos/cursos de formação/capacitação (inclusive licenciatura) na área socioambiental, e participação em atividades de ensino e orientação de estudantes do ensino básico. Cabe também destacar as premiações ou distinções recebidas, derivadas dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa.

Sugere-se relatar essas atividades quantitativa e qualitativamente, procurando destacar docentes e discentes participantes, descrição breve da atividade desenvolvida, resultados disponibilizados e formas de divulgação, público diretamente beneficiado, entre eles, governo, empresas, organizações de natureza pública e comunidades, procurando caracterizálos. Apontar se há uma certificação institucional das pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação, extensão e ensino por meio de projeto financiado ou bolsa, ou ainda de declarações de entidades devidamente constituídas.

Cabe quantificar e qualificar a atuação profissional dos egressos do programa em setores de instituições públicas, privadas ou de natureza pública que tenham atividades correlatas à área socioambiental.

Merece destacar também que os Programas incentivem políticas afirmativas, institucionalizadas por instrumento normativo da IES e do

	Programa, para acesso e permanência no Programa de Pós-Graduação, de professores da educação básica, sobretudo da rede pública.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. (Peso do item no quesito: 40%)	Avalia-se a existência de intercâmbios, parcerias, projetos de cooperação e produção conjunta com outros programas e centros de pesquisa, bem como com setores públicos e privados de reconhecida relevância (tais como governos, indústrias e organizações não-governamentais), e ainda a mobilidade discente e docente nacional e internacional.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação. (Peso do item no quesito: 20%)	São verificadas as garantias de amplo acesso às Teses e Dissertações. Sugere-se a manutenção de uma página web atualizada do programa, com informações acessíveis para o público em geral, contendo um resumo de sua proposta, suas linhas de atuação, áreas de concentração, linhas de pesquisa, grade curricular e lista de produções. Sugere-se a disponibilização de material didático e de divulgação científica na página do programa.

QUALIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

a. Qualidade dos dados fornecidos e das informações disponíveis sobre o Curso/Programa.

	Quesitos	Pesos	Coerência ¹⁾	Completude ¹⁾
I	Proposta do Curso/Programa			
II	Corpo Docente			
III	Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão			
IV	Produção Intelectual e profissional destacada			
V	Inserção Social			
	Comissão			

Atributos: Bom; Regular; Deficiente.

- b. Apreciação
- 1. Parecer analítico final:
- 2. Recomendações da Comissão ao Curso/Programa (destacar forças / potencialidades e fragilidades / pontos que requerem melhorias):
- 3. Recomendação de Visita ao Curso/Programa
- a. A CAPES deve promover visita de consultores ao Curso/Programa?

Recomendação de Visita 1)

- b. Em caso afirmativo, justificativa.
- 4. Recomendação de Mudança da Área de Avaliação do Curso/Programa
- a) A Comissão recomenda a Mudança da Área de Avaliação do Curso/Programa?

Recomendação de Visita 1)

b. Em caso afirmativo, indicar qual seria a nova Área e apresentar justificativa bem fundamentada.

¹⁾ Opção: S - Sim; N - Não.

¹⁾ Opção: S - Sim; N - Não



ANEXO B. FICHA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL **QUESITO I - PROPOSTA DO CURSO**

		Pesos	Avaliação ²⁾
1	Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos estruturantes que se desdobram em projetos de pesquisa em andamento, proposta curricular com os objetivos do Curso/Programa e da modalidade Mestrado Profissional.	≥ 10% 55%	22,43,44
	Orientação: Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação, projetos estruturantes e objetivos definidos pelo Curso/Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.		
2	Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	≥ 10%	
	Orientação: Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.	10%	
3	Infraestrutura para ensino, pesquisa e extensão.	> 100/	
	Orientação: Analisar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Curso/Programa.	≥ 10% 15%	
4	Planejamento do Curso/Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e geração de inovação.	≥10%	
	Orientação: Analisar as perspectivas do Curso/Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento para atendimento de demandas identificadas, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área. Esse item não se aplica a Curso com edição única.	10%	
5	Articulação do Curso/Programa de Mestrado Profissional com cursos acadêmicos do mesmo Programa de Pós-Graduação. Orientação: Analisar a articulação entre o Curso/Programa de Mestrado Profissional com os demais cursos acadêmicos que integram o Programa de Pós-Graduação, verificando a participação de docentes dos cursos acadêmicos no MP. Esse item não se aplica a Curso com edição única ou a Cursos de Mestrado Profissional em instituições que não contam com cursos de Mestrado ou Doutorado na área em que está sendo oferecido o curso de Mestrado Profissional.	≥ 10% 10%	

O detalhamento dos itens será formalizado após a aprovação pelo CTC da proposta elaborada pela área, em consonância com as orientações gerais definidas no âmbito de sua grande área. Peso mínimo de 10% para todos os itens.

2) Atributos: Atende: Não atende: Não ca calibrativa de la contractiva del contractiva de la contractiva de

Atributos: Atende; Não atende; Não se aplica

QUESITO II - CORPO DOCENTE

→ PESO: 15%

	Itens ¹⁾	Pesos	Avaliação ²⁾
1	Perfil do corpo docente, considerando experiência como profissional e/ou pesquisador, titulação e sua adequação à Proposta do Curso/Programa e à modalidade Mestrado Profissional.	≥ 50%	
	Orientação: A maioria dos docentes dos Cursos/Programas profissionais deve ter título de doutor, mas é relevante, e deve ser valorizada, a experiência profissional destes. Profissionais não-doutores, dentro dos parâmetros da área, devem ter comprovada experiência e atuação profissional inovadora.	60%	
	Os orientadores devem ter doutorado, mas se admite que não-doutores, com comprovada e pertinente experiência profissional, ministrem aulas, coorientem e participem de bancas; depende da área incluí-los ou não no corpo docente permanente do curso. Em todos os casos esses docentes de experiência profissional devem ser considerados na avaliação, assim como a pertinência de sua experiência para o Curso/Programa. Verificar e valorizar a participação no corpo docente de membros que agreguem e integrem as duas características anteriores, isto é, docentes que tendo o perfil de pesquisadores, têm também experiência profissional extra-acadêmica, através do envolvimento em atividades com organizações externas ao meio acadêmico, com efetiva atuação em atividades de extensão ou inovação. Uma forma de mensurar e identificar atuação integrada nestes dois segmentos é considerar a produção bibliográfica qualificada e a produção técnica. A participação de docentes, com este perfil, deve ser mais valorizada do que a de docentes com envolvimento unicamente em atividades acadêmicas ou profissionais.		
	Verificar se a composição diversificada do corpo docente em relação à área de origem de formação da graduação ou, quando não houver, quanto a experiência. Valorizar os indicadores de atualização da formação, de intercâmbio com outras instituições e efetiva atuação em inovação. Avaliar, sempre que pertinente ao Curso/Programa, experiências e resultados profissionais relevantes, projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na Área.		
	Analisar a compatibilidade do corpo docente com as áreas de concentração e o perfil do Curso/Programa, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Verificar se o corpo docente atende às necessidades de atualização profissional que dão sentido ao Curso/Programa.		
2	Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Curso/Programa.	≥ 15%	
	Orientação: Verificar se o Curso/Programa tem uma base sólida em seu núcleo de docentes permanentes; apontar se há excessiva dependência de professores colaboradores ou visitantes, definindo o que é "excessivo". Nos dois casos, deve-se considerar a proporção de docentes permanentes em relação ao total de docentes e, sobretudo, a proporção de uns e outros nas atividades principais do	20%	

	Curso/Programa: orientação, docência e produção intelectual; essa proporção deverá ser definida pela Área, a partir de parâmetros do CTC.		
	Analisar a trajetória da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao Curso/Programa.		
3	Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Curso/Programa.	≥ 15%	
	Orientação: Considerar, na distribuição, o envolvimento em atividades de graduação, se pertinente. Este item não se aplica a cursos com edição única.	20%	

^{1) 2)} Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente e Não Aplicável.

QUESITO III - CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO

→ PESO: 30%

Itens ¹⁾	Pesos	Avaliação 2)
1 Quantidade de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação e sua distribuição em relação ao corpo docente.	≥ 25%	
Orientação: Verificar se a proporção é adequada e se os trabalhos concluídos indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação. Deve-se tratar de forma diferenciada Cursos com turmas intermitentes.	25%	
A Área de Ciências Ambientais recomenda que a relação orientandos/orientador fique condicionada ao máximo de 12 (doze) alunos (mestrandos e doutorandos) por orientador, considerados todos os cursos em que o docente participa como permanente, exceção, aos casos em que o orientador for bolsista de produtividade CNPq ou equivalente, em que o limite máximo aceito pode chegar a 15 (quinze) alunos por orientador, considerados todos os cursos em que o docente participa como permanente. É recomendado também, que para docentes com 3 (três) ou mais anos como permanente no programa, o número mínimo de orientandos simultâneos não seja inferior a 2 (dois).		
Neste contexto, considera-se que este item seja avaliado como:		
Muito bom quando 80% a 100% do Corpo Docente Permanente possui relação média entre 2 e 8 orientandos por orientador;		
Bom quando 60% a 79% do Corpo Docente Permanente possui relação média entre 2 e 8 orientandos por orientador;		
Regular quando 40% a 59% do Corpo Docente Permanente possui relação média entre 2 e 8 orientandos por orientador;		
Ruim quando 20% a 0% do Corpo Docente Permanente possui relação média entre 2 e 8 orientandos por orientador.		
2 Qualidade dos Trabalhos de Conclusão e produção cientifica, técnica ou artística dos discentes e egressos	≥ 35%	



	Orientação: É esperado que todo trabalho gere produção intelectual relacionada aos seus resultados. Isso pode ou não envolver produção científica mais qualificada, mas a produção técnica com efetiva participação do discente deve ser valorizada. A produção pode ocorrer antes ou algum tempo depois da defesa, por isto deve-se considerar conjuntamente a produção discente e a produção do egresso num prazo de pelo menos dois anos. Não é necessário publicar todos os trabalhos, dada a sua natureza bastante diferenciada no caso do MP, podendo haver situações de sigilo. Mas recomendase que a comissão de área receba informações sobre estes casos. Quanto à produção técnica, a ação de "publicação" está relacionada com a importância da divulgação e disseminação de conhecimento, inovação e evolução. Portanto, os trabalhos devem ser avaliados conforme a estrutura de produção científica e técnica apresentada no Quesito IV, destacando a pontuação	50%	
3	para produção técnica. Devem ser especialmente valorizados trabalhos apresentados em congressos técnicos (com efetiva participação dos profissionais do setor) ou veiculados em periódicos técnicos, com expressiva circulação. Impacto dos Trabalhos de Conclusão e da atuação profissional do egresso	≥ 25%	
	Orientação: É quase imprescindível que todo trabalho gere aplicação dos seus resultados na respectiva organização em que atua o mestrando. Deve também ser informado o impacto que a aplicação produziu na organização, recomendando-se fortemente a utilização de indicadores quantitativos, tipo "antes/depois". A aplicação pode ocorrer antes, logo depois ou algum tempo depois da defesa, mas é relevante existir a intenção de aplicação por parte da organização. Recomenda-se que a Comissão de Área receba informações sobre os trabalhos de conclusão e sobre a atuação do egresso, durante pelo menos três anos após sua titulação. Isto pode incluir um resumo de uma página de cada trabalho de conclusão, de maneira objetiva e destacando-se em que condições ele foi aplicado. Tais resumos não podem ter a forma genérica e vaga de dizer que "foram examinados", "foram discutidos". Deve ser dito com clareza qual o diagnóstico do problema e quais as soluções apontadas, se foram ou não implementadas, porque, e com que resultados.	25% 25%	

^{1) 2)} Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente e Não Aplicável.

QUESITO IV - PRODUÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL DESTACADA

→ PESO: 30 %

		Pesos	Avaliação ²
1	Publicações do Curso/Programa por docente permanente.		
	Orientação: Avaliar as publicações dos docentes do curso/programa com base no QUALIS da Área. Índice de Produtividade (IndProd)	≥ 35% mas ≤	
	IndProd = (Produção Bibliográfica + Produção Produto)/docente permanente	4.2	
	Produção Bibliográfica (ProdBibliográfica) = (ProdPeriódicos + ProdLivros +	35%	



ProdEventos) / docente permanente

O cálculo do ProdProduto está detalhado no item 4.3.

Produção Bibliográficas (ProdBibliográfica)

É calculada a média anual sobre a produção do Sistema Qualis da Área de Ciências Ambientais em periódicos (ProdPeriódicos), mais a produção em livros/capítulos (ProdLivro) mais a produção em Eventos (ProdEvento) por docente permanente.

Produção em Periódicos (ProdPeriódicos)

Para isso, calcula-se cada índice de produção. O índice de produção de periódicos (ProdPeriódicos) é representado pela fórmula abaixo:

ProdPeriódicos =
$$(1,0*A1 + 0,85*A2 + 0,7*B1 + 0,55*B2 + 0,4*B3 + 0,25*B4 + 0,1*B5)$$

A produção em periódicos (ProdPeriódicos) em estratos inferiores (B3, B4 e B5) será contabilizada até o limite de 20% do total da produção total em periódicos.

Produção em livros/capítulos (ProdLivros)

A produção em livros/capítulos (ProdLivro), quando contabilizada no indicador IndProd, será considerada multiplicando-se os pontos atribuídos à obra, definidos na tabela abaixo, por 0,02. A pontuação de cada livro ou capítulo é calculada segundo o Roteiro para Classificação de Livros, aprovado pelo CTC-ES da CAPES, constante desse documento.

O "Instrumento para a Classificação de Livros", presente no referido roteiro, deverá ter sua primeira e terceira partes preenchidas pela Coordenação do Programa ou pelo docente autor, para todos os produtos classificados como livro ou capítulo de livro.

Pontuação atribuída a livros e capítulos

Livros com	pontos
editoração	
L1	25
L2	50
L3	75
L4	100
LNC	0

LNC – obras não classificadas para avaliação como livros

Capítulos de livros com	pontos
editoração	
C1	0,5*L1
C2	0,5*L2
C3	0,5*L3
C4	0,5*L4
LNC	0,0

LNC - obras não classificadas para avaliação como capítulos



A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral.

A produção de livros/capítulos (ProdLivros) em estratos inferiores (L2 e L1) e (C2 e C1) será contabilizada até o limite de 20% da produção livros/capítulos total

Produção em eventos (ProdEventos)

A produção qualificada de artigos em eventos é incentivada, sendo reconhecida no processo de avaliação dos Programas. São considerados para efeito de pontuação da produção intelectual artigos completos de caráter científico vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas. A pontuação de cada artigo publicado em Anais de eventos é calculada conforme Tabela abaixo.

Tabela: Pontuação atribuída a artigos completos publicados em Anais de Eventos

Eventos	Pontos
E1	25
E2	50
E3	75
E4	100
ENA	0

A avaliação dos eventos é realizada com base no estabelecimento de indicadores objetivos que permitem estruturar de forma adequada esta base de dados. São eles: (i) Relevância e atualidade da temática do evento, bem como sua aderência aos Programas de Pós-Graduação avaliados pela CACiAmb; (ii) Número de edições do evento; (iii) Organização por sociedades científicas reconhecidas em suas áreas de atuação; (iv) Existência de corpo de revisores reconhecidos em suas áreas de atuação; (v) Abrangência do evento (local, regional, nacional e internacional); (vi) Porte do evento. Publicações com coautoria docente e discente são incentivadas.

A produção em eventos (ProdEventos) em estratos inferiores (E2 e E1) será contabilizada até o limite de 20% da produção total em eventos.

Pontuação dos Programas

A CACiAmb determina como requisito mínimo para um curso candidatar-se à nota 5, que a média anual da produção calculada pelo índicador IndProd seja de 1,2. Não atingindo este índice, caso a média anual da produção calculada pelo indicador IndProd seja maior ou igual a 0,8, o curso é candidato à nota 4. Não atingindo este último índice, caso o indicador IndProd seja maior ou igual a 0,5 o curso é candidato à nota 3.

2 Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes Orientação: Produção de Produtos Técnico/Artístico (ProdProduto) ≥ 45% (4.2 ≥ 4.1 +



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Diretoria de Avaliação - DAV

DOCUMENTO DE ÁREA CACIAmb 2012

Os produtos técnicos a serem considerados para qualificação são classificados nos seguintes grupos: (i) Patentes e registros nacionais e internacionais; (ii) Estudos, protótipos, projetos e relatórios técnicos; (iii) Desenvolvimento de técnicas e processos; (iv) Divulgação técnica; (v) Prestação de serviços e (vi) Produção artística.

4.3)

45%

Considera-se o vínculo do Produto Técnico/Artístico com a Proposta, suas Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos, e a coautoria discente (teses e dissertações que geraram esses produtos). A CACiAmb considera que a avaliação de patentes deva enfatizar o benefício que as mesmas estão trazendo para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação, no contexto do programa.

Os critérios identificados que valorizam os produtos técnicos/artísticos consideram: relevância da produção para a sociedade (impacto econômico, social e ambiental), aderência às necessidades do usuário (determinada pela sua participação no financiamento da atividade e as parcerias para o projeto), complexidade (característica inovadora, tempo de elaboração, porte do produto), aderência à linha de pesquisa e participação do corpo discente, e a efetividade (se o produto tem aplicação/aplicabilidade prática e o grau de impacto na atividade fim).

O ProdProduto possui classificação de quatro estratos, definidos a partir das notas totais referendadas na ficha de avaliação anexa, resultado da apuração de cada um dos seguintes critérios: Complexidade e porte, Aplicabilidade prática, Relevância e Aderência.

Estratos	Critérios	Pontos
P1	Entre a nota 11 e 20	25
P2	Entre a nota 21 e 30	50
P3	Entre a nota 31 e 40	75
P4	Entre a nota 41 e 51	100
PNA	Abaixo de 11	0

Cabe destacar que a produção de Patente e Produto registrado serão privilegiados, sobretudo quando houver envolvimento de discentes: Patente depositada com registro equivale automaticamente 75 pontos; Patente outorgada/concedida equivale automaticamente 100 pontos; Patente licenciada e produzindo equivale automaticamente a 500 pontos; Produto registrado em órgão competente equivale automaticamente 75 pontos. No caso de envolvimento de discente(s) multiplicase os respectivos pontos por 2.

Recomenda-se que a produção técnica seja gradativamente incentivada nos Programas e Cursos, particularmente para os mestrados profissionais:

Cálculo do IndProd

Para os Mestrados Profissionais, o somatório ProdProdutos + ProdEventos será contabilizado até o limite de 50% em relação ao total de ProdPeriódicos + ProdLivros.

Vinculo entre Produção técnica e Publicações qualificadas do Curso/Programa.	
Orientação: Neste item pretende-se avaliar como o Curso/Programa transfere	≥ 20%
seus resultados de pesquisa para a sociedade. Deve-se avaliar em que grau as "Publicações qualificadas do Programa" estão relacionadas com a produção técnica (efetuar ponderação conforme visão de cada Área, com base no QUALIS	20%
A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5). Deve-se também considerar que as "Publicações qualificadas" do corpo docente em períodos anteriores podem ainda estar gerando	
resultados diretos para a sociedade na forma de produção técnica. No início, os Cursos/Programas podem ser incentivados a informar esta relação no campo	
"Proposta do Programa". Posteriormente, pode-se implantar no Coleta CAPES a informação de vinculação entre "Publicações qualificadas do Curso/Programa" e	
a produção técnica, nos moldes em que se faz o vínculo entre o primeiro e o trabalho de conclusão.	

^{1) 2)} Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente e Não Aplicável.

QUESITO V – INSERÇÃO SOCIAL

→ PESO: 25%

	Itens ¹⁾		Avaliação ²⁾
		Pesos	
1	Impacto do Programa		
1	impacto do 1 rograma	≥ 40%	
	Orientação: Avaliar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender os objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas envolvidas no projeto, das organizações públicas ou privadas e do Brasil. Será aferido o	45%	
	atendimento obrigatório de uma ou mais dimensões de impacto (social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico e legal, entre outras que poderão ser adicionadas pelas várias áreas), nos níveis local, regional ou nacional.		
	Incentivam-se atividades junto às incubadoras de empreendimentos solidários ou tecnológicas de cooperativas populares, participação em Conselhos de Meio Ambiente municipal, estadual e nacional, Comitês de unidade de conservação e		
	de bacias hidrográficas, organização de eventos/cursos de formação/capacitação (inclusive licenciatura) na área socioambiental, e participação em atividades de ensino e orientação de estudantes do ensino básico. Cabe também destacar as premiações ou distinções recebidas, derivadas dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa.		
	Sugere-se relatar essas atividades quantitativa e qualitativamente, procurando destacar docentes e discentes participantes, descrição breve da atividade desenvolvida, resultados disponibilizados e formas de divulgação, público diretamente beneficiado, entre eles, governo, empresas, organizações de natureza pública e comunidades, procurando caracterizá-los. Apontar se há uma		
	certificação institucional das pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação, extensão e ensino por meio de projeto financiado ou bolsa, ou ainda de declarações de entidades devidamente constituídas.		
	Cabe quantificar e qualificar a atuação profissional dos egressos do programa em		

setores de instituições públicas, privadas ou de natureza pública que tenham atividades correlatas à área socioambiental.

Merece destacar também que os Programas incentivem políticas afirmativas, institucionalizadas por instrumento normativo da IES e do Programa, para acesso e permanência no Programa de Pós-Graduação, de professores da educação básica, sobretudo da rede pública.

Não se espera que os Cursos/Programas de todas as áreas e subáreas atendam a todos eles, cada um tendo sua própria especificidade. Entretanto, a inserção e interação com o respectivo setor externo / social é **indispensável** no caso de um Curso/Programa profissional, e deve produzir resultados relevantes que possam ser objetivamente descritos e apreciados.

- a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.
- b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.
- c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.
- **d) Impacto econômico**: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.
- e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.
- f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.
- **g) Impacto profissional:** contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.
- h) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.
- i) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.

Na avaliação dos impactos, entre outros indicadores, poderá ser considerada a realização de visitas de acompanhamento aos Programas.

2 Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao

≥5%



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Diretoria de Avaliação - DAV

DOCUMENTO DE ÁREA CACIAmb 2012

desenvolvimento da pós-graduação Orientação: Avaliar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre Cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa, o	até 15%
desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica. Este item não se aplica a cursos com edição única.	
3 Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Curso/Programa, com vistas ao	≥10%
desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico Orientação: Avaliar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Curso/Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional. Este item não se aplica a cursos com edição única.	15%
4 Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Curso/Programa	≥5%
Orientação: A divulgação sistemática do Curso/Programa, atualizada, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo Curso/ Programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. Este item não se aplica a cursos com edição única.	até 15% 10%
5 Percepção dos impactos pelos egressos e/ou organizações/instituições beneficiadas	≥ 10%
Orientação: A opinião dos egressos e das organizações/instituições beneficiadas pelo Curso/Programa deverá ser considerada para a complementação das informações, permitindo captar a percepção dos usuários. No caso das organizações beneficiárias, seu representante encaminhará diretamente à Capes, de forma similar ao que se faz atualmente com as cartas de recomendação, relatório sintético com descrição dos principais impactos e resultados alcançados com a realização do Curso/Programa, de modo objetivável. Aos egressos, cadastrados anteriormente no sistema de coleta de dados, serão enviados e-mails até um ano após a conclusão do curso, com acesso individualizado e sigiloso, solicitando uma descrição sumária dos impactos mais relevantes em sua carreira e desenvolvimento profissional resultantes de sua participação no Curso/Programa. Este item é entendido como conceitualmente muito relevante, expressando o peso seu aspecto mais de implantação imediata	10%
6 Articulação do MP com outros Cursos/Programas ministrados pela Instituição na mesma área de atuação	≥ 10%



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Diretoria de Avaliação - DAV

DOCUMENTO DE ÁREA CACIAmb 2012

Orientação: Avaliar a articulação com outros Cursos/Programas com foco na	10%	
formação profissionalizante ministrados pelo grupo (cursos técnicos de nível		
médio, especialização, MBA, etc.) e com produtos ou serviços na mesma linha do		
MP (diagnóstico de problemas, consultorias vinculadas ao MP e com impacto		
nele) que possam produzir benefícios para a sociedade.		
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , 		

^{1) 2)} Atributos: Muito Bom; Bom; Regular; Fraco; Deficiente e Não Aplicável.

QUALIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

c. Qualidade dos dados fornecidos e das informações disponíveis sobre o Curso/Programa.

	Quesitos	Pesos	Coerência ¹⁾	Completude ¹⁾
I	Proposta do Curso/Programa			
II	Corpo Docente			
III	Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão			
IV	Produção Intelectual e profissional destacada			
V	Inserção Social			
	Comissão			

Atributos: Bom; Regular; Deficiente.

- d. Apreciação
- 1. Parecer analítico final:
- 2. Recomendações da Comissão ao Curso/Programa (destacar forças / potencialidades e fragilidades / pontos que requerem melhorias):
- 3. Recomendação de Visita ao Curso/Programa
- c. A CAPES deve promover visita de consultores ao Curso/Programa?

Recomendação de Visita 1)

1) Opção: S - Sim; N - Não.

- c. Em caso afirmativo, justificativa.
- 4. Recomendação de Mudança da Área de Avaliação do Curso/Programa
- b) A Comissão recomenda a Mudança da Área de Avaliação do Curso/Programa?

Recomendação de Visita 1)

1) Opção: S - Sim; N - Não.

d. Em caso afirmativo, indicar qual seria a nova Área e apresentar justificativa bem fundamentada.

ANEXO C. REQUISITOS PARA A CRIAÇÃO DE CURSOS NOVOS MODALIDADE ACADÊMICA NAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

CURSO: MESTRADO ACADÊMICO

1.PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

Dentre os princípios da avaliação de programas de Pós-Graduação está a análise comparativa e a avaliação por pares. Sendo assim, antes do envio de uma proposta de Programa de Pós-Graduação para a Área de Ciências Ambientais, é necessário averiguar sua aderência à Área com base nos critérios estabelecido pelo Documento de Área.

De acordo com a Portaria 54 de 2003 e a Portaria 193 de 2011 da CAPES, cabe à Diretoria de Avaliação estabelecer o enquadramento final de cada proposta em uma das áreas de avaliação. Portanto, a submissão de propostas à Área de Ciências Ambientais não garante a avaliação na mesma.

Sugere-se a leitura do Documento de Área de Ciências Ambientais para conhecimento dos critérios de avaliação dos cursos na área.

Para avaliação na Área de Ciências Ambientais, a proposta de um programa de Pós-Graduação deve ter claro perfil Multi e Interdisciplinar, apresentando-se bem integrada entre área (s) de concentração, linhas de pesquisa e Estrutura Curricular. O escopo de atuação e objetivos devem estar bem definidos, evidenciando a inserção social e o perfil esperado do egresso.

A estrutura curricular deve ser sólida e integradora, apropriada à formação de mestres e doutores, constituída por conjunto de disciplinas coerente com a (s) área (s) de concentração, evidenciando a construção de linhas de pesquisa fundamentadas.

Constitui um conjunto importante para a análise os seguintes itens:

- definição dos objetivos centrais do programa, explicitando as temáticas que conduzem à proposta; como estas se contextualizam no âmbito da Área de Ciências Ambientais; e qual sua relevância e inserção local, regional, nacional e/ou internacional, sob a ótica do desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, social, cultural, econômico, e de inovação;
- definição do perfil esperado para o egresso e expectativas para sua inserção no mercado de trabalho, a partir da titulação obtida no programa;



- definição do número de vagas oferecidas e avaliação da demanda regional ou nacional de mercado de trabalho para o egresso;
- articulação coerente das ênfases do curso com suas área (s) de concentração, e destas com as linhas e projetos de pesquisa, que dão sustentação ao desenvolvimento de pesquisas e dissertações, publicações e produtos do conhecimento gerados no programa;
- definição dos projetos de pesquisa que devem estar vinculados à temática das ciências ambientais e abordagem multi e interdisciplinar do programa proposto, pressupondo, portanto, uma equipe executora composta por docentes e estudantes de Pós-Graduação com formação e interesse nas distintas áreas do conhecimento necessárias para a condução das atividades de pesquisa;
- articulação de uma estrutura curricular composta por um conjunto coerente de disciplinas que deem sustentação às áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa, de maneira a possibilitar uma sólida formação de recursos humanos de alto nível no escopo da proposta;
- apresentação dos planos das disciplinas contendo: ementas que reflitam sinteticamente, mas com precisão, seu conteúdo programático; referências essenciais e diretamente pertinentes ao desenvolvimento dos respectivos conteúdos, considerando tanto as bases conceituais e teóricas dos temas quanto as suas atualizações;
- análise da exequibilidade e do sucesso da implantação da proposta considerando: a dimensão, qualificação, dedicação e a composição multidisciplinar do corpo docente; a infraestrutura e o apoio Institucional existentes.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

A proposta de um programa na Área de Ciências Ambientais deve contar com corpo docente disposto a ampliar as fronteiras do conhecimento, desenvolver tecnologia e promover inovação; que tenha experiência, competência, produtividade e formação diversificada; que seja coerente com a(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa do programa.

O número de docentes do corpo permanente, especialmente daqueles com tempo integral na instituição, deve ser compatível às atividades diretamente relacionadas ao curso, levando-se em consideração, o número de alunos e orientandos previstos, as demandas curriculares de orientação e de pesquisa nas correspondentes áreas de concentração. Recomenda-se que pelo menos 50% dos docentes sejam permanentes

em apenas um programa.

Assim, constitui um conjunto importante de recomendações e indicadores neste item:

- definição dos critérios de credenciamento para docentes permanentes e colaboradores
- é recomendado que o corpo docente permanente do curso seja constituído de no mínimo 12 professores permanentes;
- a dimensão do corpo docente permanente deve corresponder preferencialmente ao mínimo de 70% do corpo docente total (soma do número de docentes permanentes mais colaboradores e visitantes);
- quando a participação de docentes externos à instituição no quadro permanente, estes não devem superar 30% desse quadro e devem ser cedidos formalmente pela instituição de origem, conforme Portaria 2 de 2012 da Capes.
- é recomendado que a maioria dos docentes permanentes tenha contrato de tempo integral (40 horas) com a instituição; que pelo menos 1/3 da carga horária dos docentes do corpo permanente seja dedicada às atividades do curso; e que acima de 50% do tempo de contrato seja dedicado em atividades de pesquisa;
- distribuição adequada da carga horária de ensino, pesquisa e orientação, entre o corpo docente, em cada ano base;
- composição diversificada do corpo docente em relação à área de origem de formação da Pós-Graduação;
- equilíbrio na composição do corpo docente, considerando que as ênfases do curso devam estar contempladas de maneira equilibrada pela formação de origem e correspondentes titulações dos docentes, bem como pelas respectivas trajetórias de estudo e pesquisa, consubstanciadas em sua produção intelectual;
- experiência docente em orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação, iniciação científica, especialização, mestrado ou doutorado;
- capacidade do corpo docente permanente para obtenção de recursos para pesquisa. Contribuem para a análise da proposta, informações sobre os financiamentos, sobre agências ou fontes de apoio nos projetos de pesquisa, e bolsas obtidos nos últimos 3 anos:
- capacidade do corpo docente permanente para estabelecer colaborações técnico-

científicas e intercâmbios e internacionais, no âmbito dos objetivos do programa;

- capacidade do corpo docente permanente em desenvolver atividades ligadas à difusão científica e cultural junto ao grande público;
- integração adequada às atividades de ensino e orientação da Pós-Graduação e graduação, quando pertinente.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

As temáticas que constituem as ciências ambientais são reconhecidamente multidisciplinares e requerem enfoque interdisciplinar, fazendo convergir duas ou mais áreas do conhecimento, buscando a abordagem integral de problemas cuja solução não seria alcançada com enfoque disciplinar. Espera-se que a atividade interdisciplinar de pesquisa contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, gere novos conhecimentos e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

Recomenda-se:

- que o curso tenha núcleo formado por mais de 50% dos docentes permanentes com contratos de 40 horas, sendo cerca de 30 horas dedicadas às atividades de pesquisa e orientação;
- interdisciplinaridade, equilíbrio e integração entre áreas de concentração, linhas de pesquisa do programa, projetos e estrutura curricular;
- distribuição equilibrada do corpo docente pelas áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos;
- docentes de área de formação e titulação diferentes compartilhando projetos e coorientando alunos, visando promover a interdisciplinaridade do programa;
- participação de alunos de graduação nos projetos, quando aplicável;
- explicitar fontes de fomento dos projetos e o envolvimento, articulação e contrapartidas de instituições, agências de governo ou empresas, quando o caso;
- explicitar a produção esperada e que resulte da convergência de duas ou mais áreas do conhecimento relativas às temáticas do programa;
- explicitar a inserção social esperada das atividades de pesquisa do programa.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

No caso de um curso da Área de Ciências Ambientais, a formação de origem dos docentes e as suas trajetórias de estudo e pesquisa devem contemplar as ênfases do Curso. Supõe-se que uma configuração original a serviço da formação e pesquisa interdisciplinares deva se concretizar na forma de produção intelectual comprovada, e capacidade de formação de recursos humanos preparados para atuar de maneira cooperativa e integradora no âmbito de incidência dos estudos do curso.

Nesse contexto, considera-se um conjunto importante de indicadores:

- produção intelectual do corpo docente, principalmente do corpo docente permanente deve estar relacionada com a proposta do programa, área(s) de concentração e linhas de pesquisa;
- produção docente qualificada, contínua e bem distribuída entre os docentes permanentes. A produção contabilizada na análise da proposta é a referente aos últimos 3 anos, sendo analisados também os últimos 5 anos para melhor observar sua evolução e a experiência do grupo. O sistema QUALIS é um indicador importante, porém é uma base incompleta visto que somente revistas relatadas nas produções de cursos de Pós-Graduação são incluídas no banco de dados. Assim, a avaliação da produção em periódicos tem também um componente qualitativo importante. Considera-se também a produção em livros e capítulos, produção técnica e eventos na avaliação das propostas.
- capacidade do corpo docente permanente para obtenção de recursos para a pesquisa. Contribuem para a análise da proposta, informações sobre os financiamentos e bolsas obtidos nos últimos 3 anos;
- capacidade do corpo docente permanente para estabelecer colaborações técnicocientíficas e intercâmbios entre grupos de pesquisa nacionais e internacionais, no âmbito das ênfases do curso;
- capacidade do corpo docente permanente em desenvolver atividades ligadas à difusão científica e cultural junto ao grande público.

5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).



Descrição da infraestrutura acadêmica e de pesquisa, atendo-se àquela disponível diretamente para as atividades próprias do programa, levando em consideração os seguintes aspectos: apoio administrativo, salas para docentes e para alunos, salas de aula, laboratórios de pesquisa e ensino, especificando a dimensão das áreas físicas, capacidade de lotação e equipamentos de apoio e suporte existentes.

Deve ser informado o número médio de alunos de graduação e Pós-Graduação que utilizam a infraestrutura do curso, incluindo, quando for o caso, a sua utilização por outros Cursos de Pós-Graduação.

Descrição da infraestrutura de informática, relatando a dimensão do parque de computadores, ferramentas de software, bancos de dados e portais de periódicos efetivamente disponíveis ao corpo discente para o desenvolvimento das atividades do Curso. Deve-se informar também o grau de atualização destas facilidades, bem como a política de renovação praticada pela Instituição.

Descrição e dimensionamento da área física da biblioteca, informando especificamente os espaços destinados à leitura, pesquisa e estudos, bem como o número médio de usuários.

Descrição e dimensionamento dos acervos físicos e virtuais da biblioteca, diretamente relacionados às atividades de ensino e pesquisa do curso, informando com destaque o acervo de referências indicadas nas ementas das disciplinas, e a disponibilidade de acesso aos portais de periódicos.

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

Além do detalhamento da infraestrutura física que dará sustentação ao programa, a instituição proponente deve assumir compromissos formais, anexando à proposta documentos tais como:

- Portaria de aprovação Institucional do Curso, responsabilizando-se por sua implantação através da garantia de um corpo docente permanente estável, com disponibilidade efetiva para desenvolver pesquisa e atividades de ensino e orientação na Pós-Graduação; e da disponibilização e manutenção da infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades da proposta.
- Regimento Interno do Curso, contendo, entre outras, as informações referentes aos critérios de: (i) credenciamento e recredenciamento de docentes orientadores; (ii) abertura de vagas, periodicidade para ingresso; (iii) processo seletivo; (iv) concessão de bolsas.

- Acordos de cooperação entre instituições, com agências de governo ou empresas, quando houver envolvimento das mesmas.

Documento da Área de Ciências Ambientais

Na preparação da proposta de um curso novo é fundamental que seja consultado o Documento da Área de Ciências Ambientais, aprovado pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior e disponível no site da CAPES, no qual estão definidas as diretrizes e indicadores que nortearão a atribuição dos conceitos dos cursos.

CURSO: DOUTORADO ACADÊMICO

1.PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

Os critérios gerais de avaliação de propostas de cursos de mestrado acadêmico e doutorado são semelhantes. Neste e nos próximos quesitos são apresentadas as especificidades para avaliação de propostas de doutorado.

Esclarecimentos se fazem necessários, no sentido de que programas de Pós-Graduação com os cursos de mestrado acadêmico e doutorado são avaliados no conjunto, tanto os que estão em proposta de cursos novos como os já em andamento. Assim, a proposta, o corpo docente, discente, a produção e a inserção social são avaliados como do programa e não como dos cursos em separado de forma desvinculada.

Uma proposta de novo programa com os cursos de mestrado e doutorado pode ter somente o mestrado recomendado, caso só atenda os requisitos para a aprovação deste.

Programas com o mestrado já em andamento e que estejam apresentando proposta de doutorado podem fazer rearranjos na proposta, nas áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos, grade curricular e no corpo docente no sentido de melhorar e fortalecer o programa. Porém, em caso de aprovação do doutorado, tais modificações devem ser implantadas também no mestrado para manter a unidade do programa, pois na Avaliação Trienal será considerado o conjunto e não os cursos em separado. O mesmo é válido para programas que possuem somente o doutorado e estejam apresentado proposta do mestrado.

Caso o doutorado não seja aprovado e pretenda-se implantar a reestruturação do



mestrado, é necessário solicitar concordância da CAPES via ofício à Diretoria de Avaliação, listando as modificações com as devidas justificativas. Em caso de aprovação do doutorado ou aprovação da reestruturação do mestrado pela CAPES, as modificações deverão ser listadas no relatório anual via aplicativo DATA-CAPES, para maior clareza no processo da Avaliação Trienal.

Dentre os princípios da avaliação de programas de Pós-Graduação está a análise comparativa e a avaliação por pares. Sendo assim, antes do envio de uma proposta de programa para a Área de Ciências Ambientais, é necessário averiguar seu possível enquadramento nas demais áreas de avaliação, conforme descrito nos critérios para submissão de propostas do mestrado acadêmico.

Sugere-se a leitura do Documento de Área de Ciências Ambientais para ciência dos critérios de avaliação dos cursos na área.

As linhas gerais e os itens para a proposta de um programa de Pós-Graduação acadêmico na Área de Ciências Ambientais estão descritas nos critérios para submissão de propostas de mestrado acadêmico. Recomenda-se a leitura atenta desses critérios.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

A proposta de um programa na Área de Ciências Ambientais deve contar com corpo docente disposto a ampliar as fronteiras do conhecimento, desenvolver tecnologia e promover inovação, que tenha experiência, competência e produtividade nas respectivas especialidades, com formação disciplinar diversificada, porém coerente com as áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa, que possa contribuir para ampliar a base do conhecimento fora de suas áreas de especialização, visando aprofundar processos de cooperação produtivos.

Para a proposta de um curso de doutorado espera-se maior experiência do corpo docente permanente em relação à proposta somente do curso de mestrado. Recomenda-se maior tempo de titulação no doutorado, maior experiência em orientação no mestrado e doutorado, na coordenação de projetos de médio ou grande porte, maior trajetória de pesquisa e maior produção qualificada nas linhas da proposta, maior capacidade de atração de recursos para pesquisa e de estabelecer intercâmbios e colaborações nacionais e internacionais.

É desejável a presença no quadro docente permanente de bolsistas produtividade de pesquisa do CNPq, ou de outra agência de fomento, ou com nível de produção e experiência compatível. Devem ser atendidos os demais itens sobre o corpo docente descritos nos critérios para proposta de mestrado acadêmico.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

A atividade de pesquisa na área de ciências ambientais caracteriza-se pela prática da interdisciplinaridade, fazendo convergir duas ou mais áreas do conhecimento, buscando a abordagem integral de problemas cuja solução não seria alcançada com enfoque disciplinar. Espera-se que a atividade interdisciplinar de pesquisa na área de ciências ambientais contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, gere novos conhecimentos e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

As recomendações relacionadas à atividade de pesquisa para proposta de um doutorado são as mesmas para a proposta do mestrado acadêmico.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

Para uma proposta de curso na Área de Ciências Ambientais, a formação de origem e titulação dos docentes, suas trajetórias de estudo e de pesquisa e a produção, mesmo que diversificadas, devem contemplar os objetivos do curso. Na proposta de um doutorado os critérios relativos à produção intelectual englobam os critérios para proposta de mestrado acadêmico.

Porém, a produção do corpo docente permanente em uma proposta de doutorado deve corresponder em média a um artigo em periódico no estrato A2 ou equivalente por docente permanente por ano nos últimos 3 anos.

Considera-se ainda para compor a produção média do corpo docente permanente, o equivalente em produção técnica relevante. Recomenda-se, para comparação, a leitura da Ficha de Avaliação dos cursos já em andamento, comentada no Documento de Área, com atenção ao cálculo do índice de produção (IndProd).

Essa produção mais qualificada deve ser contínua e bem distribuída entre os docentes permanentes. Observa-se a produção do corpo docente nos últimos 5 anos para se ter um panorama da evolução da mesma.

5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

As necessidades de infraestrutura são as descritas nos critérios para propostas de mestrado acadêmico, considerando-se as especificidades do doutorado, que incluem um maior tempo desenvolvendo pesquisa e o mais alto nível do curso.

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

Os demais critérios, relativos à documentação a ser anexada, são os mesmos listados para proposta de mestrado acadêmico, considerando-se as especificidades do doutorado.

Documento da Área Ciências Ambientais

Na elaboração da proposta de um curso novo é fundamental que seja consultado o Documento da Área Ciências Ambientais, aprovado pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior da CAPES, no qual estão definidas as diretrizes e indicadores que nortearão a atribuição dos conceitos dos cursos.

ANEXO D. REQUISITOS PARA A CRIAÇÃO DE CURSOS NOVOS MODALIDADE PROFISSIONAL NAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS CURSO: MESTRADO PROFISSIONAL

1.PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

Dentre os princípios da avaliação de cursos está a análise comparativa e a avaliação por pares. Sendo assim, antes do envio de uma proposta de Programa de Pós-Graduação para a Área de Ciências Ambientais, é necessário averiguar sua aderência à Área com base nos critérios estabelecido pelo Documento de Área.

De acordo com as portarias 54 de 2003 e 193 de 2011 da CAPES, cabe à Diretoria de Avaliação estabelecer o enquadramento final de cada proposta em uma das áreas de avaliação. Portanto, a submissão de propostas à Área de Ciências Ambientais não garante a avaliação na mesma.

Sugere-se a leitura do Documento de Área de Ciências Ambientais para conhecimento dos critérios de avaliação dos cursos na área.

Para avaliação na Área de Ciências Ambientais a proposta de um Curso de Mestrado Profissional deve ter claro perfil Multi e Interdisciplinar, definir s objetivos, Áreas de Concentração com respectivas Linhas de Atuação e Projetos de Pesquisa, Estrutura Curricular e perfil esperado do egresso.

Constitui um conjunto importante para a análise os seguintes itens:

- Definição das ênfases centrais do curso, explicitando: quais as temáticas que conduzem a proposta; como estas se contextualizam no âmbito da Área de Ciências Ambientais; e qual sua relevância e inserção local, regional, nacional e/ou internacional, sob a ótica do desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, social, cultural, econômico, e de inovação;
- Articulação coerente das ênfases do curso com suas Áreas de Concentração, e destas com as Linhas de Atuação, bem como com os Projetos que dão sustentação aos temas vinculados aos produtos do conhecimento gerados, no curso;
- Definição dos Projetos de Pesquisa que devem estar vinculados à temática das ciências ambientais e abordagem multi e interdisciplinar do curso proposto, pressupondo, portanto, uma equipe executora composta por docentes e estudantes de

pós-graduação com formação e interesse nas distintas áreas do conhecimento necessárias para a condução das atividades de pesquisa;

- Articulação de uma estrutura curricular composta por conjunto coerente de disciplinas que deem sustentação às Áreas de Concentração e respectivas Linhas de Atuação, de maneira a possibilitar uma sólida formação de recursos humanos de alto nível no escopo da proposta;
- Apresentação dos planos das disciplinas contendo: ementas que reflitam sinteticamente, mas com precisão, seu conteúdo programático; referências essenciais e diretamente pertinentes ao desenvolvimento dos respectivos conteúdos, considerando tanto as bases conceituais e teóricas dos temas quanto as suas atualizações;
- Análise da exequibilidade e do sucesso da implantação da proposta considerando: a dimensão, qualificação, dedicação e a composição multidisciplinar do corpo docente; a infraestrutura e o apoio Institucional existentes.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

O número de docentes do corpo permanente, especialmente daqueles com tempo integral na instituição, deve ser compatível às atividades diretamente relacionadas ao curso, levando-se em consideração o número de alunos e orientandos previstos, as demandas curriculares, de orientação e de pesquisa nas correspondentes Áreas de Concentração.

Assim, constitui um conjunto importante de recomendações e indicadores neste item:

- é fortemente recomendado que o corpo docente permanente do curso seja constituído de no mínimo 12 professores permanentes;
- a dimensão do corpo docente permanente deve corresponder preferencialmente ao mínimo de 70% do corpo docente total (soma do número de docentes permanentes mais colaboradores e visitantes);
- no caso de contrato de tempo integral (40 horas) é recomendado que pelo menos 1/3 da carga horária dos docentes do corpo permanente seja dedicada às atividades do curso;
- distribuição adequada da carga horária de ensino, pesquisa e orientação, entre o corpo docente, em cada ano base.
- composição diversificada do corpo docente em relação à área de origem de



formação de pós-graduação;

- equilíbrio na composição do corpo docente, considerando que as ênfases do curso devam estar contempladas de maneira equilibrada pela formação de origem e correspondentes titulações dos docentes, bem como pelas respectivas trajetórias de estudo e pesquisa, consubstanciadas em sua produção intelectual;
- integração adequada às atividades de ensino e orientação da graduação, e Pós-Graduação.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

Para um Mestrado Profissional, um curso de pós-graduação *stricto sensu*, a atividade de pesquisa é um grande diferencial com relação aos chamados cursos *lato sensu*, de extensão ou de especialização, que em essência correspondem a um aprimoramento na formação profissional.

Recomenda-se equilíbrio e integração entre Áreas de Concentração, Linhas de Atuação e projetos, e que os projetos tenham participação de alunos da graduação, explicitem contrapartidas institucionais ou da iniciativa privada, a fonte de financiamento, a articulação com empresas, instituições ou agências de governo e a inserção social esperada, quando o caso. Recomenda-se também que a concepção da proposta contenha projetos estruturadores que estabeleçam espaço de pesquisa entre docentes e discentes.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

No caso de um curso da Área de Ciências Ambientais, a formação de origem dos docentes e as suas trajetórias de estudo e pesquisa devem contemplar as ênfases do Curso.

Supõe-se que uma configuração original a serviço da formação e pesquisa interdisciplinares deva se concretizar na forma de produção intelectual comprovada, e capacidade de formação de recursos humanos preparados para atuar de maneira cooperativa e integradora no âmbito de incidência dos estudos do curso. Nesse contexto, considera-se um conjunto importante de indicadores:

- produção docente qualificada, contínua e bem distribuída entre os docentes permanentes. A produção contabilizada na análise da proposta é a referente aos últimos 3 anos, sendo analisados também os últimos 5 anos para melhor observar sua evolução e a experiência do grupo. O sistema QUALIS é um indicador importante,



porém é uma base incompleta visto que somente revistas relatadas nas produções de cursos de Pós-graduação são incluídas no banco de dados. Assim, a avaliação da produção em periódicos tem também um componente qualitativo importante. Considera-se também a produção em livros e capítulos, eventos e produção técnica na avaliação das propostas.

- experiência docente em orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação, iniciação científica, mestrado e doutorado;
- capacidade do corpo docente permanente para obtenção de recursos para a pesquisa. Contribuem para a análise da proposta, informações sobre os financiamentos e bolsas obtidos nos últimos 3 anos;
- capacidade do corpo docente permanente para estabelecer colaborações técnicocientíficas e intercâmbios entre grupos de pesquisa nacionais e internacionais, no âmbito das ênfases do curso;
- capacidade do corpo docente permanente em desenvolver atividades ligadas à difusão científica e cultural junto ao grande público.

5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Descrição da infraestrutura acadêmica e de pesquisa, atendo-se àquela disponível diretamente para as atividades próprias do Curso, levando em consideração os seguintes aspectos: salas para docentes e para alunos, salas de aula, laboratórios de pesquisa e ensino, especificando a dimensão das áreas físicas, capacidade de lotação e equipamentos de apoio e suporte existentes.

Deve-se informar, também, o número médio de alunos de graduação e Pós-graduação que utilizam a infraestrutura do curso, incluindo, quando for o caso, a sua utilização por outros Cursos de Pós-Graduação;

- Descrição da infraestrutura de informática, relatando a dimensão do parque de computadores, as ferramentas de software, os bancos de dados e portais de periódicos efetivamente disponíveis ao corpo discente para o desenvolvimento das atividades do Curso. Deve-se informar também o grau de atualização destas facilidades bem como a política de renovação praticada pela Instituição;
- Descrição e dimensionamento da área física da biblioteca, informando especificamente os espaços destinados à leitura, pesquisa e estudos, bem como o número médio de usuários;



- Descrição e dimensionamento dos acervos físicos e virtuais da biblioteca, diretamente relacionados às atividades de ensino e pesquisa do curso, informando com destaque o acervo de referências indicadas nas ementas das disciplinas, e a disponibilidade de acesso aos portais de periódicos.

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

Comprometimento da Instituição Proponente

- A Instituição proponente deve assumir compromissos concretos e efetivos consubstanciados pela informação de indicadores passíveis de aferição. Constitui um conjunto importante de indicadores neste item:
- Portaria de aprovação Institucional do Curso, responsabilizando-se por sua implantação através da garantia de um corpo docente permanente estável, com disponibilidade efetiva para desenvolver pesquisa e atividades de ensino e orientação na pós-graduação; e da disponibilização e manutenção da infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades da proposta;
- Regimento Interno do Curso, contendo, entre outras, as informações referentes a: critérios de credenciamento e recredenciamento de docentes orientadores; critérios para abertura de vagas para ingresso; periodicidade e critérios do processo seletivo.
- Acordos de cooperação entre instituições, com agências de governo ou empresas, quando houver envolvimento das mesmas.

Documento da Área de Ciências Ambientais

Na preparação da proposta de um curso novo é fundamental que seja consultado o Documento da Área de Ciências Ambientais, aprovado pelo Conselho Técnico Científico-ES da CAPES, no qual estão definidas as diretrizes e indicadores que nortearão a atribuição dos conceitos dos cursos novos e portanto sua aprovação ou não aprovação.



ANEXO E. LISTA QUALIS PERIÓDICOS

ANEXO F. INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS

Aprovado na 111ª Reunião do CTC-ES de 24 de agosto de 2009

O propósito do Roteiro para Classificação de Livros é estabelecer critérios comuns para qualificar a produção intelectual veiculada através de livros e, a partir dele, estabelecer orientações para a avaliação trienal.

Em várias áreas de conhecimento, livros constituem modalidade de veiculação da produção artística, tecnológica e científica assim como em outras, é expressa sob a forma de artigos em periódicos. Livros constituem referências para a construção de campos de conhecimento, definindo estilos e escolas de pensamento e não se trata de situação particular da comunidade acadêmica brasileira.

A avaliação de livros comporta singularidades face aos periódicos. Nestes, a qualidade da produção pode ser inferida, a priori, a partir de indicadores de circulação e impacto consolidados em bases e indexadores reconhecidos. Estes indicadores expressam a qualidade do veículo (periódico ou revista científica) depois de ter havido avaliação qualitativa de obra ou autor, cujos textos, dados, metodologias e contextualização são previamente examinados quando do julgamento do artigo pelos pares. Essas características permitem alcançar critérios considerados universais, aplicáveis às áreas para as quais esses indicadores sejam habitualmente calculados e empregados.

No caso dos livros, essas características estão ausentes. Como os artigos, os livros são eventos únicos. Porém, não há, até o presente, bases bibliométricas e indexadores consensuais equivalentes aos adotados para os periódicos. Por exemplo, o ISI – Institute for Scientific Information – registra citações de livros nos artigos publicados em sua base. Embora importante essa informação é insuficiente, pois tais registros não receberam, até agora, um tratamento cientométrico próprio e adequado. Como essa base não indexa livros, ela deixa à margem as citações entre livros tanto quanto as citações de artigos em livros. Assim, avaliar a produção intelectual dos programas veiculada por meio de livros requer o desenvolvimento de critérios próprios e de novos instrumentos.

No âmbito das avaliações trienais é certo que não poucas áreas, para as quais livros constituem produção significativa e relevante, já vinham aplicando diferentes estratégias de avaliação. Inspiradas ou não nos procedimentos de classificação de periódicos tem se buscado qualificá-los por critérios de circulação, gestão editorial, impacto na área entre outros. O desafio presente é tornar estes procedimentos mais uniformes entre as áreas, mais objetivos para as instâncias de avaliação da CAPES e transparentes para a comunidade científica e acadêmica da pós-graduação, sempre reconhecendo as limitações deste roteiro no seu atual estágio de elaboração.

Em síntese, trata-se de um processo em construção tal como aconteceu com o Qualis Periódicos, o qual despendeu mais de uma década para que se alcançasse o estágio atual de reconhecimento e ainda necessita contínuas e necessárias alterações.

Este roteiro consolida discussões nas áreas e em nível de CTC-ES, em especial ocorridas desde o início do ano de 2008, estabelecendo critérios e procedimentos comuns

para a qualificação de livros. Como no caso do Qualis Periódicos cabe enfatizar que as orientações e critérios deste roteiro foram estabelecidos visando exclusivamente à avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação e, portanto, são inadequadas para avaliações individuais de professores, pesquisadores e alunos.

Na sequência são apresentados critérios e procedimentos inerentes à classificação de livros.

(1) Definição de Livro:

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

(2) Critérios de seleção para qualificação, propostos pelas diferentes áreas:

Independentemente das áreas, a avaliação de livros será aplicada exclusivamente para classificação da produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades. Para efeito desse roteiro deverão ser consideradas: obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, anais (texto completo) desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção. No caso de anais, recomenda-se que os trabalhos sejam avaliados por pares, utilizando-se de *blind review*, com conselho científico reconhecido.

Convém observar que o quesito IV — Produção Intelectual — da Ficha de avaliação, inclui, além da produção científica, a produção técnica e a artística. Os critérios definidos para a avaliação dos livros com conteúdo científico poderão ser aplicados a estas outras modalidades de produção conforme decisão das áreas. No entanto, os resultados dessas avaliações serão computados nos itens correspondentes (4.3 e 4.4.) em separado da produção científica.

(3) Instrumento de Avaliação

Parte I: Dados de Identificação da Obra (preenchido pelo docente autor ou Programa)

Os dados de identificação da obra deverão ser preenchidos para todos os produtos classificados como livro e elegíveis para qualificação, segundo o critério adotado em cada área da avaliação.

A identificação da obra deverá conter, ao menos, os dados que constam da ficha catalográfica, incluindo os códigos decimais digitais universais para permitir a classificação por área temática. A critério das áreas, outras informações podem ser acrescentadas, conforme exemplo apresentado abaixo. De qualquer modo, as informações catalográficas terão por finalidade a composição de listagem de todos os eventos a serem avaliados.

Parte II: Avaliação pela Comissão de classificação de Livros

A avaliação dos livros deve ser preenchida tendo em mãos o exemplar do produto a ser qualificado para que o exame, pela Comissão, de suas características formais e de conteúdo, possa permitir o correto preenchimento do instrumento.

A avaliação poderá contemplar as características particulares de cada área de modo a observar os dados mínimos para classificação do produto como livro, os aspectos formais da obra e o tipo e natureza do texto

Dados mínimos:

Compreendem esses requisitos obrigatoriamente o ISBN ou ISSN, dados equivalentes ao da ficha catalográfica, número mínimo de 50 páginas e autoria por docente e/ou discente de programa de pós-graduação.

Aspectos formais:

Compreende características de autoria, editoria bem como informações adicionais sobre fontes de financiamento, reedição, prêmios etc. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra. Não são porém itens obrigatórios da avaliação.

Tipo e natureza do texto:

Considerada a natureza científica, esse requisito prevê seu detalhamento bem como o tipo de obra avaliada (obra integral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia etc.).

Parte III: Avaliação do conteúdo da obra (preenchido pelo docente autor ou Programa)

A avaliação de conteúdo será baseada em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.

São sugeridos para avaliar os requisitos relevância, inovação e potencialidade de impacto, os seguintes pontos:

Relevância: contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto: circulação e distribuição prevista; língua da publicação; re-impressão ou re-edição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS

Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇA	AO DA OBKA	
Título da Obra:		
Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for do	ocente ou discente	e do Programa):
ISBN:		
Editora:		
Local da edição (cidade/pais):		
Número de Páginas:		
Ano da primeira edição:		
Número e ano da edição enviada:		
Tiragem:		
Formato (impresso ou eletrônico):		
Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):		
Numero de capítulos da coletânea:		
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-graduação, tít	ulo e páginas de o	cada capítulo:
1)		
2)		
3)		
4)		
5)		
Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concent	tração ou área de	conhecimento:
Resumo do livro/Coletânea: (ementa)		
Informações complementares (informações sobre a participação d		
programas, tipo de financiamento, premiação, participação de au		s, etc.):
Parte II: ASPECTOS FORM	1AIS	
1. AUTORIA	Pontos no item	Pontuação da obra analisada
Única		
Docentes do programa e de outras instituições no país sem		
participação discente		
Docentes do programa e de outras instituições no país com		
participação discente		
Docentes do programa e de outras instituições no exterior sem		
participação discente		
Docentes do programa e de outras instituições no exterior com		
participação discente		
Docentes do programa apenas		
Docentes e discentes do programa		
Discentes do programa apenas		
Discente com participação de discentes de outros programas		
2. EDITORIA		
Editora com catálogo de publicações na área		
Editora brasileira, universitária, filiada à ABEU		
Editora brasileira, universitária, não filiada à ABEU		
Editora comercial com distribuição nacional		
Editora comercial com distribuição nacional e tradição de		

publicação na área	
Editora universitária estrangeira	
Editora comercial estrangeira	
Editora comercial estrangeira com tradição de publicação na área	
Conselho editorial ou revisão por pares	
Financiamento da edição por agência de fomento ou parcerias	
Coleção	
2ª Re-edição	
3ª Re-edição	
4ª Re-edição ou mais	
Contém informações sobre os autores	
3. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS	
Publicação em idioma estrangeiro	
Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais	
Re-impressão	
Tipo da obra, natureza do texto e vínculo com o programa	
1.) VÍNCULO	
À linha de pesquisa (projeto de pesquisa específico)	
À linha de pesquisa apenas	
Á área de concentração, mas não a uma linha de pesquisa particular	
Á área do conhecimento, mas não a uma área de concentração do programa	
2.) TIPO DE OBRA E NATUREZA DO TEXTO	
Obra completa	
Coletânea	
Dicionário / verbete	
Anais de congresso	
PONTUAÇÃO TOTAL	

Parte III: AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO CONTEÚDO

Relevância: contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; Rigor científico (estrutura teórica); Precisão de conceitos, terminologia e informações; Senso crítico no exame do material estudado; Bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; Qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: originalidade na formulação do problema de investigação; Caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; Contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto: circulação e distribuição prevista; língua; re-impressão ou re-edição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

Obs: Cada área elaborará seu próprio instrumento contendo essas três partes e tendo este modelo como base podendo acrescentar ou suprimir itens de avaliação. Este instrumento deverá fazer parte do documento de área.

4. Classificação nos estratos

A classificação dos livros nos níveis L1 a L4 será estabelecida pela pontuação atribuída pelas áreas aos aspectos formais, tipo e natureza da obra e avaliação de conteúdo.

Além dos quatro estratos que serão utilizados para estabelecer pontos na avaliação da produção intelectual dos programas, deve estar previsto um estrato LNC - sem pontuação - para aquelas obras consideradas não classificáveis pelas comissões de avaliação.

Os estratos superiores da classificação – L3 e L4 – são reservados para as obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores.

Convém observar, uma vez mais, que os capítulos serão considerados tendo por unidade de referência o livro no qual foram publicados. A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do programa. Assim, um mesmo autor poderá pontuar no máximo 2 capítulos incluídos na mesma obra.

A área enfatiza que não existe qualquer relação entre as classificações de periódicos e livros descritas nas tabelas acima e, portanto, não existe qualquer correspondência ou equivalência entre as pontuações das mesmas.

ANEXO G. INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Caracterização Geral

1	Títul	ام ما	Dro	duto:
		IC) (IC	Pro	

- 2. Natureza do Produto:
 - a. Produto técnico COM patente ou registro nacional ou internacional: ()
 - b. Produto técnico SEM patente ou registro nacional ou internacional: ()
 - c. Produto artístico: ()
- **3. Tipo** (especifique o tipo de produto, tais como, protótipo, software, mapas, metodologia, desenho, projeto, estudo para apoio a regulamentação, diagnóstico, zoneamento, sistema, processo, gestão, planejamento, divulgação técnica [material didático e instrucional, publicações em revistas e congressos técnicos], prestação de serviços, etc).

4. Equipe:

Nome	Função	Instituição	Docente	Discente

- 5. Local de execução
- 6. Orçamento
- 7. Fontes de recurso (especificar se há participação da instituição usuária/parceira do produto)
- 8. Área de abrangência do projeto
- 9. Número de páginas
- 10. Data de início e conclusão do projeto
- 11. Forma de apresentação do produto final
- 12. Relatar aspectos inovadores que diferenciam este produtos dos similares existentes
- 13. Descrição (resumo sintético do produto)

Disponibilização/Divulgação
14. Existe necessidade de sigilo? () Sim () Não
a. Caso Sim, justifique
15. O produto é disponível ao público (onde e como acessá-lo?)
16. Há publicação relacionada (citar)
Aderência Ao Programa
17. O produto está vinculado a qual linha de pesquisa do Programa?
18. Há participação de docente do Programa? (especificar)
19. Há participação de discente do Programa? (especificar)
20. Há vínculo com trabalhos de conclusão de curso na âmbito do programa?
Aplicação Prática Do Produto 21. Fase de implementação (na perspectiva de aplicação prática do produto)
22. Participação da instituição usuária:
a. A instituição dispõe de levantamento de demanda tecnológica? () Sim () Não
 b. O produto foi desenvolvido a partir de demanda da instituição usuária? () Sim () Não
c. Descreva como se deu a cooperação:
23. Aplicação prática do produto:
a. O produto está sendo aplicado na prática ()
b. Esta em processo de implantação ()
c. Há um planejamento para a implantação futura ()
d. Há interesse, sem previsão de prazo de implantação ()

Relevância

24. Abrangência do produto

25. Descreva os impactos ambientais, sociais, e econômicos da implantação do produto.

Patentes E Registros Nacionais E Internacionais (preenchimento apenas para os casos em que haja requerimento de registro ou patente)		
26. Há re	querimento de patente? () Sim () Não	
a.	Patente Depositada (PD) (*Considerar protocolo depósito) ()	
b.	Patente depositada com busca de anterioridade comprovada pelo INPI (ou equivalente) (PB) ($$	
с.	Patente com pedido de exigência INPI (ou equivalente) realizado (PE) ()	
d.	Patente concedida	
e.	Patentes Licenciadas (PL) ()	
27. Há rec	querimento de registro? () Sim () Não	
a.	Registro de Desenho Industrial no INPI (ou equiv.) (DI)	
b.	Registro de Software no INPI (ou equiv.) (RS)	
c.	Registro de Desenho Industrial no INPI (ou equiv.) concedido (DIC)	
d.	Registro de Software no INPI (ou equiv.) concedido (RSC)	
e.	Outros Registros (OR)	

ANEXO H. SISTEMÁTICA DE CLASSIFICAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS

O propósito deste Roteiro para Classificação de Eventos Científicos é estabelecer critérios comuns para qualificar a produção intelectual veiculada por meio de anais de eventos científicos, e, a partir dele, estabelecer orientações para avaliação.

A avaliação de publicações em eventos apresenta singularidades face aos periódicos e livros. Uso de indicadores de circulação e impacto consolidados em bases e indexadores reconhecidos é bastante fragilizado, uma vez que as bases bibliométricas e indexadores consensuais equivalentes aos adotados para periódicos, que registram citações de anais de eventos nos trabalhos publicados em suas bases ainda é insuficiente, pois tais registros não receberam tratamento cientométrico próprio e adequado. Deixa, desta forma, à margem citações de trabalhos publicados em anais de eventos. Assim, avaliar produção intelectual dos programas veiculada por meio de artigos em eventos requer desenvolvimento de critérios próprios e novos instrumentos.

O Qualis Eventos permite classificação de trabalhos completos publicados em Anais de Eventos. A classificação dos Anais, ao mesmo tempo, fomenta e fortalece aspectos chave no planejamento e organização de Eventos, e facilita avaliação dos dados lançados no Aplicativo Coleta pelos Programas.

No âmbito das avaliações trienais a publicação de trabalhos em eventos constitui produção significativa e relevante. Neste sentido, aproveitando experiências do Qualis Periódicos e Livros, buscou-se estabelecer critérios de gestão editorial e impacto potencial na área, entre outros. O desafio, enfim, é tornar estes procedimentos mais objetivos para instâncias de avaliação da CAPES e transparentes para a comunidade científica e acadêmica da pós-graduação, sempre reconhecendo as limitações deste roteiro no seu atual estágio de elaboração.

Em síntese, trata-se de processo em construção, tal como aconteceu com outros Qualis, e para que alcance estágio consolidado de reconhecimento, ainda necessita ajustes.

Orientações e critérios aqui definidos foram estabelecidos visando exclusivamente a avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação e, portanto, são inadequadas para avaliações individuais de professores, pesquisadores e alunos. Para seu desenvolvimento e aplicação na CACiAmb foram realizadas reuniões com programas da área, bem como consulta para indicação dos eventos de interesse, além dos eventos que vem sendo financiados pelo Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), considerando importância e aderência às temáticas da CACiAmb.

Na sequência são apresentados definição, critério e procedimentos inerentes à classificação de eventos.

(1) Definição de Evento Científico:

Os eventos científicos são encontros de cunho acadêmico, também denominados congresso, seminário, simpósio, colóquio, etc., e têm por finalidade reunir profissionais e especialistas de determinadas áreas de atuação para intercâmbio de ideias e discussão de temas atuais e de interesse específico e comum aos participantes, com troca ou transmissão de informações. Informações são transferidas oralmente, de maneira formal ou informal, e, em geral, reunidas e disseminadas aos participantes por meio de documento específico. Eventos podem ser realizados, de acordo com a importância e a abrangência do assunto tratado, de pequenos encontros de especialistas até congressos internacionais reunindo grande número de participantes. Assumem papel de relevante importância no processo da comunicação na medida em que transmissão e discussão de ideias e fatos novos chegam ao conhecimento da comunidade de maneira rápida.

(2) Critério de seleção:

Avaliação de trabalhos completos publicados em eventos será aplicada para classificação da produção intelectual resultante de investigação nas suas diferentes modalidades ligadas às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas de pósgraduação. Para efeito desse roteiro não serão considerados resumos (nem expandidos) publicados em anais de trabalhos ou trabalhos apenas apresentados. Para fins desta avaliação, compreende-se por Anais de Trabalhos Completos o produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN, publicado por instituição reconhecida na área, quer seja, associação científica ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial, instituição privada, como um dos produtos de Evento Científico.

(3) Instrumento de Avaliação:

Parte I: Identificação do Evento (preenchido pelo Programa)

A identificação do evento contém dados que permitem a sua classificação a partir dos critérios estabelecidos.

Parte II: Avaliação

Para classificação dos eventos, considerou-se 5 fatores: 1. Relevância e aderência para contribuição com desenvolvimento científico e tecnológico da área CaCiAmb; 2. Consolidação (número de edições do evento); 3. Organização (comissões de organização e avaliação dos trabalhos); 4. Abrangência (internacional, nacional, regional, local); 5. Porte do evento.

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DE EVENTO CIENTÍFICO		
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO		
Título do Evento:		
Instituição Organizadora:		
Edição do Evento (número de edições do evento realizadas até 2012):		
Periodicidade do Evento: () Anual; () Bianual; () outro		
Número de Participantes: () $0 - 100$; () $100 - 200$; () $200 - 300$; () $300 - 500$; () $>$		
500		
Evento publica Anais de Trabalhos Completos: () Sim; () Não		
Quantidade (em %) de: () artigos de autores/instituições nacionais;		
() artigos de autores/instituições internacionais		
Evento tem Comissão Organizadora: () Sim; () Não		
Composição (em %) da Comissão Organizadora: () Membros da(s) Instituição (ções)		
organizadoras;		
() Membros de outras Instituições Nacionais; () Membros de outras Instituições		
Estrangeiras		
Evento tem Corpo Editorial dos Anais com reconhecimento científico: () Sim; () Não		
Composição do Corpo Editorial: () Membros da(s) Instituição (ções) organizadoras;		
() Membros de outras Instituições Nacionais; Membros de outras Instituições		
Internacionais		
Existência de avaliação por pares para os Anais: () Sim; () Não		

4. Classificação nos estratos

A classificação dos eventos nos níveis E1 a E4 foi estabelecida pela pontuação atribuída aos aspectos importância e aderência à área da CACiAmb, organização, abrangência e porte.

Além dos quatro estratos que foram criados para estabelecer pontos na avaliação da produção intelectual dos programas, está previsto um estrato ENA - sem pontuação - para aqueles eventos considerados não classificáveis pela comissão de avaliação.

Os estratos superiores da classificação - E3 e E4 - são reservados para os eventos de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores.

A lista de eventos classificados foi estruturada com base em consulta realizada aos programas da CACiAmb, que indicaram diversos eventos de interesse à área de Ciências Ambientais. Foi também consultada a lista de eventos apoiados pelo PAEP/CAPES na área da CAINTER. Um grupo de trabalho criado no âmbito da CACiAmb encarregou-se de

analisar e organizar o conjunto de eventos citados, e produzir uma primeira lista Qualis Eventos para apoio na avaliação de programas da CACiAmb.

A partir de fatores selecionados foi possível, então, identificar 4 estratos que apresentaram características específicas. Tendo em vista estas características comuns, cada evento pode alcançar nota máxima, e conforme deixa de atender parâmetros de excelência pré-estabelecidos recebe estratificação mais baixa, conforme ilustra o Quadro abaixo.

Quadro: Tipos de eventos e respectivos estratos na situação de excelência

Estrato	Características desejáveis
E4	Evento de alta relevância e aderência, consolidado, com abrangência internacional, boas práticas na organização e de grande porte;
E3	Evento de alta relevância e aderência, consolidado, com abrangência nacional, boas práticas na organização e de porte médio;
E2	Evento de alta/média relevância e aderência, em processo de consolidação ou consolidado, com alcance regional, boas práticas na organização e de porte médio;
E1	Evento alta/média/baixa relevância e aderência, em processo de consolidação ou consolidado, com alcance local, boas práticas na organização e de porte pequeno;
ENA	Evento não atende características desejáveis mínimas à área de ciências ambientais.

Nos quadros abaixo estão descritos os critérios de referência adotados para classificação de cada estrato de evento.

Quadro: Aspectos e Critérios de referência para Eventos E4

Aspectos	Critério de referência
Relevância e aderência	1. Atividades e enfoque do evento contribui para desenvolvimento científico e tecnológico da área CACiAmb. Temas abordados estão na sua integridade voltados à área da ciências ambientais (alguns dos temas considerados: Desenvolvimento+Meio Ambiente; Recursos Naturais; Gestão + Planejamento + Políticas Públicas; Tecnologia
Consolidação	2. Evento consolidado com 6 ou mais edições realizadas;
Abrangência	3. Ter alcance internacional (palestrantes internacionais e nacionais, participantes nacionais e internacionais inscritos);

Organização	4. Possuir Comitê Organizador do Evento; Conselho Editorial com
	diversidade de instituições; Possuir Comissão de Avaliação de
	Trabalhos; ou Corpo de Pareceristas de trabalhos composto por membros de organizações diversificadas;
Porte	5. Evento com número de participantes superior a 500 .

Quadro: Aspectos e Critérios de referência para Eventos E3

Critério	Padrão de referência
Relevância e aderência	1. Atividades e enfoque do evento contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico da área CACiAmb. Temas abordados estão em grande parte (75%) voltados para a área de ciências ambientais (alguns dos temas considerados: Desenvolvimento+Meio Ambiente; Recursos Naturais; Gestão + Planejamento + Políticas Públicas; Tecnologia Ambiental);
Consolidação	2. Evento consolidado com 4 ou mais edições realizadas;
Abrangência	3. Ter alcance nacional (palestrantes nacionais, participantes nacionais inscritos);
Organização	4. Possuir Comitê Organizador do Evento; Conselho Editorial com diversidade de instituições; Possuir Comissão de Avaliação de Trabalhos ou Corpo de Pareceristas de trabalhos composto por membros de organizações diversificadas;
Porte	5. Número de participantes superior a 300 pessoas.

Quadro: Aspectos e Critérios de referência para Eventos E2

Critério	Padrão de referência
Relevância e aderência	1. Atividades e enfoque do evento contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico da área CACiAmb. Temas abordados estão parcialmente (50%) voltados para a área de ciências ambientais (alguns dos temas considerados: Desenvolvimento+Meio Ambiente; Recursos Naturais; Gestão + Planejamento + Políticas Públicas; Tecnologia Ambiental);
Consolidação	2. Evento consolidado ou em consolidação, com 3 ou mais edições realizadas;

73

Abrangência	3. Ter alcance regional (palestrantes nacionais, participantes nacionais inscritos);
Organização	4. Possuir Comitê Organizador do Evento; Conselho Editorial com diversidade de instituições; Possuir Comissão de Avaliação de Trabalhos ou Corpo de Pareceristas de trabalhos composto por membros de organizações diversificadas;
Porte	5. Número de participantes superior a 200 pessoas.

Quadro: Aspectos e Critérios de referência para Eventos E1

Critério	Padrão de referência
Relevância e aderência	1. Atividades e enfoque do evento contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico da área CACiAmb. Temas abordados estão parcialmente (25%) voltados para a área de ciências ambientais (alguns dos temas considerados: Desenvolvimento+Meio Ambiente; Recursos Naturais; Gestão + Planejamento + Políticas Públicas; Tecnologia Ambiental);
Consolidação	2. Evento consolidado ou em consolidação, com 1 ou mais edições realizadas;
Abrangência	3. Ter alcance local (palestrantes nacionais, participantes de instituições da região onde o evento está sendo realizado);
Organização	4. Possuir Comitê Organizador do Evento; Conselho Editorial com diversidade de instituições; Possuir Comissão de Avaliação de Traballhos ou Corpo de Pareceristas de trabalhos composto por membros de organizações diversificadas;
Porte	5. Número de participantes superior a 100 pessoas.



ANEXO I. LISTA DE EVENTOS CIENTÍFICOS